

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARCIA DE FÁTIMA AMANCIO SOUSA PARGA

A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: um olhar sobre a atuação da
Biblioteca Tebyreça de Oliveira do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

São Luís

2018

MARCIA DE FÁTIMA AMANCIO SOUSA PARGA

A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: um olhar sobre a atuação da
Biblioteca Tebyreça de Oliveira do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Márcia Cordeiro
Costa.

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Parga, Marcia de Fatima Amancio Sousa.

A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: um olhar sobre a atuação da Biblioteca Tebyreça de Oliveira do Instituto Federal do Maranhão - IFMA / Marcia de Fatima Amancio Sousa Parga. - 2018.
99f.

Orientador (a): Márcia Cordeiro Costa.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Biblioteca escolar. 2. Ensino Médio. 3. Instituto Federal do Maranhão.
4. Pesquisa científica. I. Costa, Márcia Cordeiro. II. Título.

MARCIA DE FÁTIMA AMANCIO SOUSA PARGA

A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: um olhar sobre a atuação da
Biblioteca Tebyreça de Oliveira, do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Márcia Cordeiro Costa (Orientadora)

Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dirlene Santos Barros

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira

Doutora em Engenharia Elétrica
Universidade Federal do Maranhão

A Deus, aos meus pais e a meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de fazer um curso tão belo. Toda honra e toda glória é para ti, Senhor;

À Universidade Federal do Maranhão, pelas vivências, experiências e todas as alegrias vividas durante estes anos de graduação;

À minha orientadora, Professora Marcia Cordeiro Costa, pelos esclarecimentos e apoio durante toda a realização deste estudo. Agradeço por tudo que eu aprendi em todas as disciplinas ministradas por você;

À banca examinadora, composta pelas professoras Dirlene Santos Barros e Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira. As orientações de vocês foram maravilhosas, só tenho que agradecer pelos conselhos, recomendações e sugestões para aperfeiçoar a pesquisa. A visão de vocês foi excelente;

A todos os professores do Departamento de Biblioteconomia que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Aprendi muito com as disciplinas e com vocês;

Ao Instituto Federal do Maranhão, que permitiu a realização desta pesquisa;

Aos meus pais e aos meus irmãos, pelo apoio, esforço e dedicação ao longo destes anos;

À minha turma, em especial a Rosiane Ferreira de Castro, pelo companheirismo e pela troca de experiências durante todos estes anos. Aprendi muito com você;

Enfim, agradeço a todos que sempre me ajudaram, de forma direta ou indireta, nesta belíssima jornada.

Escrever sobre a biblioteca escolar brasileira é tocar numa das maiores deficiências do nosso aparelho escolar. Desde os colégios dos jesuítas – nossa primeira experiência de educação formal – até os dias atuais, muito pouco se fez em relação à biblioteca escolar. Podemos afirmar que, no Brasil, a rigor, quase tudo está por fazer nesse campo. (SILVA, 1995, p. 44).

RESUMO

Enfatiza que o ensino atrelado à prática da pesquisa contribui de forma satisfatória para despertar a criticidade do educando. O trabalho monográfico aborda a pesquisa científica no ensino médio, considerando um olhar sobre a atuação da Biblioteca Tebyreça de Oliveira, do Instituto Federal do Maranhão. Objetiva analisar o papel da biblioteca, do bibliotecário e do professor no processo de formação de um discente pesquisador. Apresentar os objetivos específicos da pesquisa: identificar a contribuição do bibliotecário no processo de construção de um aluno pesquisador; identificar as estratégias utilizadas pelo professor e bibliotecário para estimular o interesse do educando pela prática científica; averiguar os meios criados pelo bibliotecário para aproximar a biblioteca do corpo discente e docente. Apresenta as discussões sobre a relevância da pesquisa a partir do contexto de autores como Demo (2005), Freire (1996) e Almeida Júnior (2006). A pesquisa é caracterizada como bibliográfica e de campo. O trabalho *in loco* envolve três sujeitos: o bibliotecário, o professor e o aluno. Aplica técnicas como o questionário com perguntas abertas e fechadas. Os resultados verificam que a pesquisa na educação básica contribui para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, possibilitando a construção da autonomia do indivíduo. Conclui que a biblioteca escolar é um aparelho que colabora de forma satisfatória para o desenvolvimento das pesquisas dos educandos nas escolas.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Ensino Médio. Instituto Federal do Maranhão. Pesquisa científica.

ABSTRACT

Emphasizes that teaching linked to the practice of research contributes in a satisfactory way to awaken the student's criticality. The monographic work approaches the scientific research in high school, considering a look at the performance of the Tebyreça de Oliveira Library, Federal Institute of Maranhão. It aims to analyze the role of the library, the librarian and the teacher in the process of training a researcher. To present the specific objectives of the research: to identify the contribution of the librarian in the process of construction of a student researcher; identify the strategies used by the teacher and librarian to stimulate the student's interest in scientific practice; investigate the means created by the librarian to bring the library closer to the student and faculty. It presents the discussions about the relevance of the research from the context of authors such as Demo (2005), Freire (1996) and Almeida Júnior (2006). The research is characterized as bibliographical and field. The work in loco involves three subjects: the librarian, the teacher and the student. Apply techniques such as the questionnaire with open and closed questions. The results confirm that the research in basic education contributes to the teaching and learning process of the students, making possible the construction of the autonomy of the individual. It concludes that the school library is a device t/hat contributes satisfactorily to the development of the students' research in schools.

Keywords: School library. High school. Federal Institute of Maranhão. Scientific research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro1 – Média dos países em leitura - PISA (2015).....	39
Quadro2 – Média em leitura por unidade federativa - PISA (2015).....	39
Quadro3 – Média em leitura por unidade federativa - PISA (2015).....	40
Quadro 4 – Estimativas sobre o número de bibliotecas a serem criadas até 2020	45
Quadro 5 – Programa Nacional de biblioteca na Escola	51
Figura 1 – Imagem fotográfica da Escola Técnica Federal do Maranhão.....	66
Figura 2 – Imagem fotográfica da Biblioteca Tebyreça de Oliveira.....	67
Quadro 6 – Participação da Bibliotecária.....	68
Quadro 7 – Participação do Professor	71
Quadro 8 – Participação do Aluno	75

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
CNPq	Conselho Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
ABE	Associação Brasileira de Educação
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
DAEB	Diretoria de Avaliação de Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca na Escola
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
CEFET-MA	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENSINO MÉDIO: uma análise a partir da LDB	19
2.1	Pesquisa científica na escola	32
3	BIBLIOTECA ESCOLAR	44
3.1	O bibliotecário e a sua inter-relação com o docente nos projetos de pesquisa	56
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	66
4.2	Resultados da pesquisa	81
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O BIBLIOTECÁRIO	95
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O PROFESSOR	97
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O ALUNO	99

1 INTRODUÇÃO

A educação deve ser pensada criticamente pelo governo, escola e família. Toda a sociedade tem que participar para que possamos superar todos os problemas que há anos enfrentamos, como evasão escolar e a reprovação.

Pelo fato de a educação ser um tema repleto de conflitos e controvérsias, ela tem que ser pensada com muito discernimento, pois observa-se que, dentre os segmentos de ensino da educação nacional, o ensino médio foi e continua sendo palco de inúmeras mudanças, reformas, leis, resoluções e decretos. À primeira vista, “Para pensar o ensino médio é necessário ousar. Não há que ser econômico em ideias, nem em ações, mudanças, formação e orçamento” (KRAWCZYK, 2011, p.766).

Tradicionalmente, o processo de ensino e aprendizagem da educação brasileira foi construído com ênfase na memorização da informação, na falta de estímulo ao pensamento crítico e reflexivo e a não participação do educando na construção do seu próprio conhecimento (COSTA, 2013). Porém, atualmente, surge a necessidade de que esse processo de ensino e aprendizagem possa ir além de tudo isso, haja vista que o discente deve deixar para trás a sua atitude de passividade no processo e assumir o posto de protagonista, capaz de produzir a sua própria história.

Neste contexto, enfatiza-se que a educação poderia ser trabalhada deste modo, estabelecendo uma condição de independência para o homem, já que existe um imenso antagonismo entre as duas educações, a manipuladora e a libertadora:

Entre as duas existe um antagonismo profundo, porque enquanto a primeira faz do homem um “arquivo” ou “depósito”, a segunda o leva, dinamicamente, ao conhecimento crítico e o faz, criticamente, tomar atitudes diante do cognoscível. Estas atitudes são os seus quefazeres transformadores. Por meio deles, os educandos deixam seu estado de apatia e tomam atitudes [...] que lhes competem como seres políticos a quem pertence a humanização da sociedade. (SIMÕES JORGE, 1981, p. 67).

É interessante que a educação libertadora venha, de fato, a ser inserida em todas as etapas da educação, principalmente no ensino médio, que é a última etapa da educação básica de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira” (LDB). Conforme sustentado pela redação da LDB de 1996, o ensino médio tem por finalidade possibilitar ao educando o exercício da cidadania e a oferta de meios para que eles possam progredir em seus estudos posteriores (BRASIL, 1996). Uma educação assim, com essas dimensões, as quais são discutidas nesta pesquisa, torna-se cada vez mais apropriada se realmente quisermos alunos capazes de construir o seu próprio conhecimento.

Não podemos mais reforçar essa educação que não preza pelo pensamento crítico. Por esse motivo, surge a necessidade de repensar a escola do ensino médio, de forma que novos caminhos possam ser definidos, novas perspectivas discutidas e as deficiências do ensino nacional resolvidas.

O caminho que foi traçado para a educação brasileira, ao longo do tempo, nos levou a uma educação precária, que não motiva nem mesmo os jovens a permanecer no ensino médio e dar continuidade aos seus estudos. Então, o que fazer diante de tal situação?

A nova concepção de educação, de acordo com Sangari (2008, p. 12), exige investimento na educação científica, pois “A realidade internacional não deixa mentir: as nações que investiram no ensino de ciências vêm se destacando nos índices de desenvolvimento [...]”. Para o autor, a educação científica se tornou uma obrigação nesta nova era da sociedade, pois é uma prioridade para o século XXI.

A situação atual requer uma educação científica, inclusive entre crianças e jovens, como bem afirma Sangari (2008, p.12):

Essa formação passa por ensinar crianças e jovens a dominar o conhecimento científico. Isso significa promover nos alunos, entre outras capacidades, a de analisar e questionar fatos cotidianos com propriedade. É motivá-los a adotarem uma atitude investigativa diante da vida e, assim, torna-los capazes de identificar necessidades e oportunidades de melhorias que se apresentam a cada momento.

Através de Sangari (2008), verificamos o quanto é viável inserir um aluno do ensino médio na prática científica. Se a ciência e a tecnologia a cada dia avançam em diversas áreas, como na Medicina, Engenharia, Informática e, inclusive, na Educação, proporcionando novos horizontes para o homem, despertando a investigação científica e tornando-o mais crítico diante das coisas que estão ao seu entorno, então, por que afastar o estudante do ensino médio de tudo isso?

A partir desse contexto, podemos inferir que o mundo globalizado exige cada vez mais que o homem use o conhecimento para resolver os problemas através de decisões mais sistemáticas, além é claro, de buscar uma qualidade de vida para as pessoas, seja no trabalho, em casa, nos hospitais ou nas escolas. Daí, a informação e o conhecimento transformaram-se em elementos imprescindíveis para o desenvolvimento e progresso das pessoas e nações.

Desse modo, é relevante destacar que, a partir do momento em que um indivíduo é inserido em um espaço de educação formal, como o ambiente escolar, ele precisa ser incentivado pela escola, corpo docente e bibliotecário (profissional responsável pela busca, seleção e avaliação da informação) a desenvolver hábitos de investigação científica para estimular a análise crítica, a interpretação e o raciocínio. Esse procedimento colabora para o

desenvolvimento de uma autonomia educacional, o que permite o crescimento político, intelectual e cultural de cada estudante. Isso é possível, pois a educação não é neutra:

Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados. [...]. Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano. [...]. (FREIRE, 1996, p. 57).

Fala-se muito em educação neste século, mas o tipo de educação que estamos oferecendo é crítica, parece uma prática vazia na nossa sociedade. Ela ainda está longe da concepção de educação que tanto Freire (1996) lutava e defendia para ser implementada.

A defesa da sociedade agora deveria ser em prol de uma educação mais avançada, que compreendesse a importância da iniciação científica dentro das práticas do estudante do ensino médio. Portanto, o incentivo dos jovens à pesquisa é fundamental para despertar novas vocações científicas e estimular o seu crescimento.

A partir do exposto, podemos esclarecer que uma análise dos sujeitos que compõem o sistema educacional brasileiro é imprescindível, pois, assim, é possível refletir sobre a formação dos alunos, uma vez que eles podem fazer parte do corpo discente das universidades. Estas, por sua vez, possuem diretrizes não só para a formação técnica, mas também para a pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, é interessante destacar que o bibliotecário na escola é um agente que pode possibilitar ao discente toda a assistência necessária. O aluno pode realizar a sua pesquisa com mais precisão, discernimento e autonomia. Além do mais, esse profissional irá auxiliar o corpo discente a desenvolver habilidades e competências para a busca e uso da informação, o que favorece a formação de um aluno pesquisador.

Todas essas ideias são fundamentais, pois, /como bem discorre Almeida Junior (2006, p.102), existe “[...] uma discrepância, um antagonismo entre o modelo de educação empregado em sala de aula e a pesquisa. Enquanto o primeiro trabalha com ideias fechadas, embasado em verdades absolutas e preestabelecidas, o segundo tem como pressuposto a liberdade”. Para oportunizar isso aos alunos “[...] não podemos deixar de assinalar o papel da biblioteca escolar na formação de personalidades críticas, criativas e dinâmicas [...]” (SILVA, 1995, p.70).

Dessa forma, o desenvolvimento da pesquisa científica deverá ser trabalhado desde cedo na escola, tanto pelos professores quanto pelos bibliotecários, e não somente no ensino superior, como muitos pensam. O aluno, ao ingressar na universidade, sentirá mais segurança e menos impacto na relação ensino, pesquisa e extensão dos centros universitários. Nesse sentido, a realização desta pesquisa é justificada por todos os aspectos discutidos até o momento e que

sugerem os seguintes questionamentos: Como o professor, a biblioteca e o bibliotecário poderão contribuir para o processo de formação de um discente pesquisador?

Com bases nesses aspectos, o objetivo geral deste trabalho é analisar o papel do professor, da biblioteca e do bibliotecário no processo de formação de um discente pesquisador.

Como objetivos específicos, foram delineados três: o primeiro é identificar a contribuição do bibliotecário para a formação de um aluno pesquisador; o segundo é identificar as estratégias utilizadas pelo professor e bibliotecário para estimular o interesse do aluno pela prática científica; o terceiro é averiguar os meios criados pelo bibliotecário para aproximar a biblioteca do corpo discente e docente.

Como existe uma preocupação com a formação educacional que as escolas estão proporcionando para os seus alunos, e como isso pode afetar o seu ingresso no ensino superior e na construção da sua vida acadêmica, já que na universidade existe o tripé ensino, pesquisa e extensão, surge a necessidade de compreender os objetivos no parágrafo anterior.

O Ensino Médio é o segmento de ensino escolhido para esta pesquisa, porém, observamos que a realização de um estudo nas demais etapas da educação básica, Educação Infantil e Ensino Fundamental, é importante para uma melhor compreensão dos vários aspectos da educação nacional. Infelizmente, como o pesquisador necessita delimitar o tema, foi escolhida apenas a última etapa da formação educacional, visto que ela tem que oferecer condições para que os alunos possam continuar seus estudos. Ademais, ela abrange o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), modalidade de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O campo de pesquisa escolhido é o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Monte Castelo. A escolha do local está atrelada a dois fatores: o primeiro corresponde à descoberta do PIBIC na modalidade ensino médio, o que despertou a curiosidade de investigar se em São Luís já existia alguma instituição trabalhando com iniciação científica de jovens nesta etapa da educação básica; o segundo faz referência às pesquisas no site da instituição, que indicavam que essa modalidade de iniciação científica já estava sendo trabalhada com os jovens do ensino médio. Logo, verificamos a necessidade de descobrir como a biblioteca e o bibliotecário estão se posicionando em um trabalho assim.

Contudo, “Trilhar o percurso de uma pesquisa requer daquele que a executa um aprofundamento a respeito de seu objeto, assim como a definição dos caminhos a serem percorridos [...]” (CIRINO, 2015, p.22). Por isso, apresentamos os percursos metodológicos que serviram de norte para a construção da pesquisa./

O estudo em questão está embasado em pesquisa bibliográfica. Esclarecemos que a revisão de literatura pode ser definida como o levantamento realizado em livros, artigos, teses, entre outros. Dessa maneira, de acordo com Ruiz (1979, p.58), a pesquisa bibliográfica supõe o estudo feito em:

[...] livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados [...], pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da humanidade. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos com tema de pesquisa científica.

Ressaltamos que um estudo necessita de uma pesquisa bibliográfica e ela pode ser considerada um “[...] meio de formação por excelência [...]” (CERVO; BERVIAN, 1978, p.40).

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo faz uso da pesquisa de campo, envolvendo a participação de um bibliotecário, professores e alunos do IFMA.

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para sabermos em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que estabeleçamos um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.59).

Quanto ao objetivo da pesquisa, ela é classificada em descritiva, que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42). Acentuamos que, de acordo com Gil (2002), a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário, é uma das características mais significativas desse tipo de pesquisa. Com efeito, o questionário com perguntas abertas e fechadas foi um dos procedimentos técnicos adotados para a realização deste estudo.

Conforme Severino (2007, p.125), o questionário é definido como um:

[...] Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisadores, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. [...]. Podem ser questões fechadas ou questões abertas. [...].

O professor, bibliotecário e alunos, enquanto sujeitos da pesquisa, responderam um questionário com perguntas abertas, o que permitia a elaboração das respostas de maneira mais pessoal. Quanto às perguntas fechadas, os participantes escolheram as respostas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador (SEVERINO, 2007).

Em relação à abordagem, este estudo é classificado em qualitativo, pois os seus dados são trabalhados também de forma descritiva. Além do mais, o “[...] pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013,

p.70). Conforme os autores, esse tipo de abordagem é útil ao pesquisador, sobretudo quando este deseja fazer uso de uma amostra pequena para compor a sua pesquisa. Fazemos uso também da abordagem quantitativa, haja vista que os dados coletados são numerados durante a realização de sua análise.

A pesquisa fundamenta-se em autores como Paulo Freire (1996), Pedro Demo (2006), Almeida Júnior (2014), Bernadete Campelo (2015), entre outros. Estruturalmente, é composta por cinco seções, sendo que a primeira é referente a introdução, a segunda aborda o segmento da educação básica, Ensino Médio. A terceira associa a prática da pesquisa ao ensino, como forma de instigar a criticidade do aluno. A quarta discute a biblioteca escolar e as suas dimensões pedagógicas, leitura e pesquisa. A quinta enfatiza a importância do trabalho do bibliotecário na educação e as vantagens da sua interação com a atividade do professor. E a última discorre sobre os resultados da pesquisa.

Ressaltamos que autores como Costa e Zompero (2017), já realizaram estudos sobre a iniciação científica no ensino médio. A formação do aluno pesquisador também já foi discutido por Ulhôa (2008).

2 ENSINO MÉDIO: uma análise a partir da LDB

Para compreendermos a LDB, especialmente no que tange à educação no ensino médio, surge a necessidade de entender a origem da educação formal no Brasil. Ao longo da história da educação no Brasil, a nossa pátria passou por várias experiências pedagógicas, nem sempre boas. Muitas, desde o seu surgimento, refletem de forma clara o elitismo e a exclusão dos menos favorecidos. Esse descaso é introduzido na sociedade ainda no período colonial, época em que vivemos sob a administração de um país europeu.

Partindo desse contexto, descrevemos que os Jesuítas são os responsáveis pelas primeiras práticas educativas dos indígenas e dos filhos da elite. Logo, podemos definir que a educação no período colonial estava voltada para os povos nativos e para os descendentes dos colonizadores. Ou seja, é perceptível uma enorme divisão do ensino na colônia, uma vez que os colonizados (índios, negros escravizados, etc.) que habitavam o Brasil sempre sofreram uma verdadeira discriminação da metrópole.

Com base nesses aspectos, apresentamos Ferreira Júnior, que disserta sobre todo o contexto educacional trilhado pelo Brasil na sua obra intitulada “História da educação brasileira: da colônia ao século XX”:

[...] a história da educação, de 1549 a 1822, passou por duas experiências pedagógicas distintas e, ao mesmo tempo, complementares, pois ambas foram realizadas sobre o controle da metrópole portuguesa. A primeira fase foi marcada pela longa hegemonia jesuítica de 210 anos. Nesse período, os padres da Companhia de Jesus implementaram ações educacionais com um duplo objetivo: catequisar os indígenas, ou seja, converte-los à concepção cristã do mundo, experiência pedagógica que se realizou nas chamadas casas de bê-a-bá, e educar os filhos de proprietários de terra [...] nos colégios mantidos pela própria ordem religiosa [...]. A educação colonial, por conseguinte, constitui-se na gênese da relação que se estabeleceu entre elitismo e exclusão no âmbito da educação brasileira [...] (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 45-46).

Considerando a visão do autor citado acima, os Jesuítas implementaram no Brasil práticas educacionais oriundas da sociedade europeia, isto é, submeteram os povos nativos a uma educação marcada pela catequização e doutrina cristã, prescrita pelos europeus. Entretanto, é preciso cautela para falar sobre educação, visto que não podemos afirmar a inexistência de um processo de educação entre os nativos antes da colonização. Os povos aborígenes que habitavam o Brasil possuíam a sua própria marca cultural, religiosa e educacional, já existia a construção de uma identidade social, porém, o que ocorreu foi uma desconstrução dessa identidade pelos portugueses.

Nesse contexto, também é relevante destacar que, para o autor Ferreira Júnior (2010), a fundação das chamadas escolas de bê-a-bá (ensino elementar que fazia uso de recursos didáticos, como a música e o teatro) marca o princípio da instauração dos colégios da

Companhia de Jesus em solo brasileiro. Todavia, essas escolas não eram abertas para todos, mas sim a uma pequena parcela da sociedade, no caso, a elite, que desfrutava de inúmeras regalias. De fato, a educação nunca deixou, desde a sua origem, de possibilitar *status* para as classes dominantes, inclusive como ainda ocorre nos dias contemporâneos.

Sobre a origem dessa educação formal empregada pelos Jesuítas no período colonial, Costa e Menezes (2009, p.37) discorrem sobre os locais de fundação das primeiras escolas em solo brasileiro:

[...] No século XVI, três foram os colégios fundados aqui, todos eles reais, ou seja, patrocinados pela Coroa, e todos a cargo dos padres jesuítas. Em 1556 foi fundado o Colégio da Bahia, cuja investidura real aconteceu em 1564; em 1567, o Colégio do Rio de Janeiro, transferido de São Paulo de Piratininga; e em 1576, o Colégio de Pernambuco, em Olinda. Nos dois séculos seguintes, foram fundados mais seis colégios e quatro seminários.

Em suma, os colégios que foram criados a partir da hegemonia dos jesuítas reservaram-se de forma crucial à educação dos colonizadores portugueses. Além do mais, toda essa estrutura de ensino foi organizada por meio de um método pedagógico, o *Ratio Studiorum*, uma espécie de roteiro que orienta a questão do ensino, da aprendizagem e do funcionamento da escola. Essa prática pedagógica dos colégios da Companhia de Jesus retratava muito bem o plano de estudo a ser seguido pelos professores (TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, [21--?]).

Para Toyshima, Montagnoli e Costa ([21--?], p. 2-3):

O Plano contido no *Ratio* inicia-se com as regras do provincial, depois do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de um modo geral, de cada matéria de ensino, incluía também, às regras da prova escrita, [...] dos alunos e por fim as regras das diversas academias. Além das regras e das normas, o *Ratio Studiorum* apresenta os níveis de ensino; Humanidades, denominado de estudos inferiores, cujo currículo abrangia cinco disciplinas, sendo elas, retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia denominados de estudos superiores.

Nessa situação, compreendemos que o *Ratio Studiorum* não passava de um verdadeiro guia que orientava o trabalho dos professores quanto aos conteúdos ministrados e às metodologias de ensino.

Outro aspecto de destaque da educação brasileira e que merece ser discutido é a crise econômica e política instalada em Portugal e na sua colônia, em 1750, o que proporcionou uma certa instabilidade nos dois países. Tal crise também acarretou em diversas mudanças, dentre elas a expulsão dos jesuítas- grupo religioso que, na verdade, era composto pelos verdadeiros mentores da educação portuguesa e brasileira - por Marquês de Pombal, ao assumir o cargo de Primeiro Ministro do Rei D. José I.

Ora, foi esse quadro negativo que levou Pombal a implementar diversas reformas no campo educacional, tais como:

As principais medidas implantadas pelo Marquês, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, foram: total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos' – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470).

Certamente, Marquês de Pombal acreditava que as medidas educacionais impostas por ele resolveriam todos os problemas da colônia, mas, para Silva e Amorim (2017, p.193), as alterações na educação durante a gestão de Pombal permaneceram:

[...] com fortes traços da pedagogia jesuítica. No Brasil, por exemplo, muitos religiosos de outras ordens e os indivíduos letrados que concorreram às Aulas Régias tinham forte influência dos jesuítas em suas práticas educativas, o que pode ser entendido como legado de uma cultura pedagógica que permeou a forma de ensinar durante o período colonial (1500-1808) até os anos iniciais do período imperial (1808-1889).

As mudanças de cunho educacional não foram positivas para o ensino, que permaneceu muito literário e com caráter religioso. A expulsão dos jesuítas da colônia não viabilizou alterações tão significativas no processo educacional brasileiro. De certa maneira, as reformas de Marquês de Pombal implicaram um processo de recessão na educação do Brasil. No entanto, somente em 1808, a partir de um novo evento histórico, a chegada da família real, diversas mudanças foram registradas na tentativa de impulsionar tal área.

Para confirmar tal encadeamento de ideias, Alves (2009, p.37) expõe que:

A expulsão dos jesuítas estagnou o processo educativo, mas com a chegada da Família Real em 1808, grandes mudanças acontecem nessa área. E aos poucos vai se esboçando o que será chamado de ensino imperial, uma vez que a cada dia que passa o governo português com sede no Brasil, deixa claro sua intenção de dar à Colônia ares de uma Corte à altura das europeias. Assim, no que diz respeito à educação, o ensino imperial viria a ser estruturado em três níveis: primário, secundário e superior.

Ademais, todos os projetos da família real, voltados para a educação no Brasil, não foram suficientes para o avanço da área. O ensino elementar continuou da mesma forma, cujo intuito era ensinar somente a arte de ler, escrever e contar. Já o ensino secundário, este não divergiu do modelo empregado por Marquês de Pombal. A carência de recursos humanos para atender tal demanda foi outro fator que favoreceu essa situação.

Portanto, em 1822, iniciou-se uma nova fase para o Brasil, constituindo-se em um importante contexto histórico para a nação e que, até então, configurava-se apenas como colônia de um país europeu (Portugal). Contudo, pontuamos que, apesar desses fatos terem desencadeado um desmembramento administrativo da colônia em relação ao seu colonizador,

por meio da emancipação política, eles não contribuíram para a ruptura de todos os males (preconceito, elitismo, escravidão, exploração, etc.) herdados durante o período colonial (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Conseqüentemente, um dos frutos da transição colonial para a imperial foi a criação da primeira Constituição Federal, em 1824, cujo ordenamento jurídico assinala a garantia aos cidadãos brasileiros do direito à educação. Por conseguinte, tal garantia foi assegurada no artigo 179º, inciso XXXII, cuja redação garantia “[...] a Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos [...]”. Ainda no mesmo artigo, no inciso XXXIII, a redação é para os “[...] Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes [...]” (BRASIL, 1824, Não paginado). Contudo, observa-se que a educação na redação da Carta Constitucional concentra-se nestes campos, cuja matéria assegura a gratuidade do ensino primário para a população.

Desse modo, apresentamos um panorama sobre a situação crítica do ensino no Brasil Império, na perspectiva de França (2008, p.79):

A cada ano que passava, no decorrer do império, o Brasil ficava mais distante de promover ensino de qualidade. A população aumentava, mas a quantidade de escolas era insuficiente para atendê-la. A qualificação dos professores era outro fator degradante, uma vez que não havia aprimoramento. No plano econômico, a educação não teve trânsito, pois faltavam recursos até para as áreas prioritárias. Em 1826, por meio de decreto, o governo imperial instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

Indubitavelmente, essas dificuldades foram geradas pela falta de interesse, investimento e planejamento eficiente que contemplasse todas as camadas sociais do Brasil naquele momento. O governo da época, similarmente aos demais, demonstrou pouca atenção aos problemas no âmbito educacional. Embora houvesse a criação da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional e da Imprensa Régia, além do surgimento de cursos de nível superior, dentre eles o curso de Medicina, esses projetos visavam aos interesses da monarquia, haja vista que tais instituições representavam cultura e saber para a corte.

Enfatizamos que o aparelho estatal português encontrou na medida do ato adicional de 1834 uma maneira de promover a descentralização de poderes, o que permitiu a divisão de responsabilidade para o ensino, como nos dias atuais. Portanto, as províncias deveriam se responsabilizar pelas despesas da educação primária, mas o poder central (corte) era a esfera que decidia o currículo que deveria ser aplicado nas escolas.

Sobre isso, França (2008, p.79) analisa que:

Com a descentralização autorizada [...], que delegou às províncias o direito de regular e promover a educação primária e secundária, a educação passou por momentos difíceis. Nesse contexto, inserem-se os liceus, em decorrência das antigas aulas régias, que compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não

mais restritas à Igreja; era forma embrionária do ensino público no Brasil. Com a falta de recursos, as províncias se achavam impossibilitadas de criar redes organizadas de escolas. Com a incompetência do governo, a iniciativa privada começou a atuar no ensino secundário, deixando para o Estado o ensino primário. Esse último nível, por sua vez, não apresentou bons resultados, o que levou, praticamente, ao abandono das escolas. Por outro lado, o acesso às escolas secundárias só era possível às pessoas de nível sócio-econômico mais elevado. Os colégios secundários, na verdade, tinham mais a função de preparar candidatos aos exames de admissão aos cursos superiores, a exemplo do Colégio D. Pedro II, criado em 1837.

Nessa ótica, esclarecemos que a maioria das províncias estavam sofrendo problemas financeiros, impossibilitando a realização dessa medida. Dessa forma, elas foram inviabilizadas de oferecer até mesmo a educação primária. Quanto ao ensino secundário, este ficou sob o monopólio do setor privado, restrito a uma pequena parcela da população. O seu objetivo era somente formar os filhos da elite para ingressar no ensino superior, com notoriedade perante a sociedade.

Como muita coisa não mudou para as classes mais baixas, a maioria do povo novamente ficou excluído da educação na vigência do governo português, aumentando a exclusão escolar. O efeito de tudo isso foi: a escola não é para todos!

Continuando a sucessão dos fatos, surgiu uma nova ideologia de educação para o Brasil, proporcionada pela Proclamação da República em 1889. A política educacional republicana nos primeiros anos de atuação concebeu dois tipos de escolas: as instituições públicas conduzidas por um ensino laico, no caso, o grupo escolar; e a escola normal (constituída ainda no império), que visava à formação de professores. Essa nova forma de governo fez com que essas escolas crescessem rapidamente (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Contudo, é primordial ressaltar que a Constituição de 1988 designava entre os seus princípios republicanos a garantia para os cidadãos de um ensino pautado na laicidade. A Carta Magna, em seu artigo 206, inciso II, defende de forma clara a “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber [...]” (BRASIL, 1988, Não paginado). Mas, neste caso, é preciso também fazer outra observação: a criação de uma constituição em nenhum momento garantiu, na prática, o exercício de todos os direitos educacionais da população como um todo - ricos, pobres, imigrantes etc. -, visto que a gênese da educação no Brasil era muito excludente nesse período.

Para Silva (2010), todas as mudanças que ocorreram na educação no início do século XX mantém uma forte relação com o crescimento dos centros urbanos, o que desencadeou a explosão demográfica, a industrialização e a urbanização, além de outros fatores, como a emergência da classe média.

A República é um verdadeiro momento histórico para a nação e os seus cidadãos. Muitas foram as medidas e reformas no plano educacional, entre elas a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e a contribuição de idealizadores importantes, como Anísio Teixeira¹ e a sua luta em prol da universalização da escola pública.

Nessa perspectiva, Andreotti (2006, p.105) define o período republicano como:

Desde as primeiras décadas do século XX, os rumos da educação do país estiveram na pauta de discussão de vários setores organizados da sociedade. Como resultado, houve a criação, por educadores, da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, incentivadora de vários debates em torno da questão educacional; a formação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930; a promulgação da Constituição de 1934, estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e a proposição de inúmeras reformas educacionais no período, demonstrando que, nessas décadas, ocorreram mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. Foi sem dúvida um momento em que predominou uma visão otimista em relação à educação, como instrumento de democratização e equalização social

Já para Rossi (2009, p.93), o período republicano pode ser visto como:

[...] um período no qual surgem novas instituições, cuja organização administrativa revela os objetivos científicos recentemente estabelecidos. As reformas partilharam a tarefa de normalizar, profissionalizar e sistematizar a escolarização das camadas populares. Ao mesmo tempo, tinham como objetivo homogeneizar costumes, hábitos e quereres, delineando um sistema de ensino dirigido e controlado, de forma a produzir a unificação da nação brasileira.

Apesar de todos os conflitos e lutas que sucederam durante a República, sem dúvidas é nessa fase que avançamos muito no âmbito educacional, como percebemos na visão dos autores Andreotti (2006) e Rossi (2009). Todos os desacordos, divergências e confrontos permitiram que fossem criadas instituições de fomento à educação e a estruturação de uma política para o setor. Desse modo, acreditamos que essas ações são imprescindíveis para as camadas populares, que sofreram com o desprezo e abandono por parte dos inúmeros governos que passaram pelo país. A indiferença era forte. A elite, em todos os momentos, tentou criar maneiras para fortalecer isso.

Ainda nesse cenário, uma instituição que foi criada e que até hoje permanece trabalhando nesse âmbito, regularizando a educação no Brasil, é o Ministério da Educação, cuja gestão na época era chefiada por Francisco Campos. A sua fundação remete ao governo de

¹ De acordo com Souza (2011, p. 201) “Em todos os cargos nos quais Anísio Teixeira esteve à frente da educação pública sempre defendeu o seu projeto de educação. Como inspetor-geral de ensino na Bahia, em 1927, na Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, de 1931 a 1935, no Rio de Janeiro, à frente da Secretaria de Educação e Saúde de Salvador de meados da década de 1940 até o início dos anos 50, como diretor do INEP e da CAPES nos anos 50 e 60, como criador e primeiro reitor da UNB (Universidade Nacional de Brasília), na década de 60. Nos anos de 1935 e 1964, que deram início aos regimes ditatoriais: Vargas e Militar, Anísio Teixeira foi afastado dos cargos públicos. O seu pensamento democrático era incompatível com o totalitarismo. Como administrador da administração pública, nesses cargos, Anísio mostrou ao Brasil o seu projeto para a educação pública, em especial primária. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13155/7517>. Acesso em: 19 dez. 2018.

Getúlio Vargas (FERREIRA JÚNIOR, 2010). Através desse órgão, pretendia-se, na gestão em curso, articular uma política nacional de educação. Aliás, isso persiste atualmente, em pleno século XXI, o que é bom para os cidadãos, pois a educação representa desenvolvimento para o país.

Seguindo tal jornada da educação brasileira, colocamos neste debate outro marco: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse Manifesto trazia como pauta a defesa da educação como um direito público. Sobre isso, Andreotti (2006, p.105-106) explica que:

O movimento da Escola Nova, formado por educadores que traduziram os ideais liberais na defesa de uma escola pública para todos e que se empenharam em dar novos rumos à educação, questionava o tradicionalismo pedagógico enquanto a Igreja, no seu confronto com o estabelecimento desses novos modelos para a educação, se colocava no lado oposto. Essas duas vertentes de pensamento polarizaram os debates sobre a educação na década de 1930, e os embates que elas travaram tornam evidente a diversidade de interesses que abrangia a educação escolarizada naquele momento. Os renovadores, como eram conhecidos os educadores que aderiram ao movimento escolano vista, apresentaram, em 1932, um Plano de Reconstrução Nacional, que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova [...], que foi fruto do movimento por reformas educacionais que vinha acontecendo desde os anos 1920, tendo à frente Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. Esse foi um momento de confronto com a educação elitista e tradicional defendida pelos católicos conservadores que detinham uma força política considerável, representando os interesses da iniciativa privada. O embate entre os renovadores e os católicos aconteceu na década de 1920 e foi posteriormente retomado nos anos 50, na discussão de uma lei nacional de educação.

Como verificamos, na visão de Andreotti (2006), a década de 1930 foi muito produtiva quando pensamos em educação, já que, quando olhamos para trás, sentimos uma imensa tristeza pelas condições vividas por nossos antecedentes, já que não deram a nenhum deles o livre arbítrio para fazer as suas escolhas, bem como decidir se queriam ou não pertencer a uma outra cultura, se queriam ser colonizados. Na verdade, os portugueses exploraram ao máximo as nossas riquezas. Muitos aspectos que hoje envolvem a nossa economia, política, cultura e educação são sequelas desse longo período amargo que vivemos. Em consequência, temos um ensino fragilizado, resultado de uma educação precária, sem qualidade, que foi implantada no Brasil, desde o período colonial. O povo sempre foi massacrado e acorrentado por uma elite que não desejava a liberdade plena do homem. Liberdade que começa com o direito à educação de qualidade.

A constituição de 1988, no artigo 206, inciso I, assegura a “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” (BRASIL, 1988). Com isso, averiguamos que as redações dos artigos da Carta Magna estão bem elaboradas. Mas, se tudo que ela garante em seus artigos fosse aplicado, seríamos um país bem melhor! Afinal, não somos todos iguais perante a lei? Então, por que tanta indiferença?

A partir de toda essa análise, o momento agora se faz conveniente para realçarmos uma outra questão que merece todo o destaque: a primeira aprovação da Lei 4.024, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas popularmente conhecida como LDB, aprovada em 1961, no governo de João Goulart. A sua redação deixa bem claro que a educação é um direito de todos e deverá ser assegurada pela esfera pública em todos os níveis educacionais, ou seja, desde o ensino infantil até o ensino superior. Além do poder público, ela abre espaço para o setor privado, que tenha interesse em empreender nessa área (BRASIL, 1961).

Com bases nesses aspectos, Cerqueira et. al. ([20--?], p.1) esclarecem sobre a necessidade de criação da LDB:

No intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos foi proposto pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que resultou, após longo processo de tramitação, na primeira Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, sancionada em 20 de dezembro de 1961. Esta foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e posteriormente, substituída pela LDB 9.394/96.

Consideramos que, a partir de um olhar mais criterioso, a primeira LDB ainda era muito restrita em relação às questões da educação brasileira. Ainda era muito cedo para falar de uma aprendizagem mais rica, que almejasse a formação de um aluno crítico e criativo, imbuído de raciocínio e pronto para a resolução de problemas.

Nessa primeira LDB, a educação era composta por três graus de ensino: o primário, o médio e o superior. No Título VII, Capítulo II, o artigo 34 descrevia que “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961, Não paginado).

Conforme mencionamos, esclarecemos que, de acordo com essa LDB, a educação de grau primário era constituída por escolas maternais e jardins de infância, e o ensino primário era composto por, no mínimo, quatro séries anuais. Já o grau médio era constituído por dois ciclos: o ginasial, composto por quatro séries; e o colegial, que fazia parte do 2º ciclo, constituído por três séries no mínimo (BRASIL, 1961).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 é exígua no tocante à educação. Vejamos, o título III, que aborda a questão da liberdade de ensino, só possuía dois artigos. Somente o artigo 4º da respectiva seção é que faz a seguinte afirmação: “É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos” (BRASIL, 1961, Não paginado). Porém, enfatizamos que uma educação assim não é eficiente, ainda mais que, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 1996, p.21).

No que diz respeito à base curricular para a educação, a LDB de 1961 deixa muito a desejar, quando ela não esclarece a necessidade de fomentar o desenvolvimento intelectual do aluno, bem como a formação do seu pensamento crítico. O seu Título VII, referente à educação de grau médio, possui artigos com redações simples e sem muitas exigências.

Infelizmente, a primeira LDB não conseguiu, de fato, promover uma educação significativa para os jovens nesta última etapa do ensino, tendo em vista que as lacunas do ensino médio, inclusive nos dias atuais, são “[...]expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX [...]” (KRAWCZYK, 2011, p.754).

Em síntese, o Brasil de 1822 até 1961 pouco mudou na sua estrutura educacional. A promulgação da LDB de 1961 não foi tão significativa assim. As alterações que ocorreram, como a expansão das escolas, não garantiram uma qualidade no ensino brasileiro. Houve um aumento expressivo de escolas, mas sem qualidade, sem bibliotecas, um ensino frágil, decadente, onde os jovens tinham dificuldades para escrever, ler, e o pior, interpretar dados e informações para gerar um novo conhecimento. Esse é o retrato do ensino público no Brasil. A última avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) do ano de 2015, confirma as deficiências do ensino brasileiro.

Porém, tudo o que aconteceu foi importante para o trajeto da educação brasileira. O que seria da educação hoje se não tivéssemos todas essas lutas, ideologias e discursos? Conforme as avaliações do PISA, o ensino brasileiro ainda deixa muito a desejar. Por isso, é imprescindível a realização de estudos desta natureza, para repensarmos até que ponto a educação poderá contribuir para a preparação de jovens mais preocupados em exercer o seu papel no meio social.

As demandas educacionais foram muitas ao longo da história da educação no Brasil. Como as mudanças globais são constantes, é preciso acompanhar cada uma delas, priorizando um olhar mais crítico sobre o que se tem e o que se pretende alcançar. É nessa perspectiva que as alterações na LDB aconteceram, sendo aprovada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a segunda LDB, que “Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus [...]” (BRASIL, 1971, Não paginado). A segunda LDB tinha como foco não só a formação do educando para o desenvolvimento das suas potencialidades, bem como uma educação voltada à qualificação profissional.

Para Ferreira Júnior (2010, p. 98), a Lei nº 5.692 de 1971 tinha como finalidade:

[...] criar uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da

racionalidade tecnocrática com o objetivo de viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência” [...].

A partir disso, podemos relacionar que tal proposição tem tudo a ver com a conjuntura política, econômica e social que o país passava, especialmente por ter sido aprovada em uma década que configurava a ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985. Vale ressaltar que está mais do que claro o objetivo educacional traçado para o ensino médio. A intenção do governo era a preparação de profissionais para atender aos anseios da sociedade na época, como a formação de mão de obra requerida para a execução desse propósito. Por isso, a lei aborda as chamadas “habilitações profissionais”.

Nesse sentido, a LDB de 1971 tinha como exigência para o ingresso no 2º grau a finalização do 1º grau. Como verificamos, a educação básica era estruturada nesses dois momentos, o 1º grau com duração de oito anos, obrigatório para as crianças e adolescentes a partir dos sete anos e com uma carga horária de 720 horas de atividades; e o 2º grau, para a formação integral do adolescente, com três ou quatro séries anuais, e 2.200 ou 2.900 horas. A conclusão da 3ª série do 2º grau era o único mecanismo de acesso ao ensino superior (BRASIL, 1971), o que continua prevalecendo hoje.

Era assim que a LDB de 1971 estruturava a educação no país, sem, contudo, provocar nenhum avanço na educação do Brasil. Mais uma vez, a educação ganha uma concepção de alienação, já que ela era vista como um canal de mudanças para a formação da mão de obra do país. O pior de tudo é que todas as reformas educacionais que estavam acontecendo desde 1930, infelizmente a partir da ditadura militar (1964), começaram a ganhar um novo contexto, elevando os índices de analfabetismo e representando um retrocesso para o país.

Atualmente, a lei que está em vigor no Brasil é a LDB de 1996, aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, com edição atualizada em março de 2017 para o biênio 2017-2018. Até aqui encontramos embates e múltiplas mudanças na LDB, até ocorrer a sua última regulamentação, mais ampla, como uma nova dimensão e perspectivas para a educação do país.

Embasados por essa perspectiva, Cerqueira et al. ([20--?], p.1) destacam que:

Em linhas gerais, a responsabilidade pela formação e sistematização do conhecimento, dá-se no âmbito educacional, sendo subordinado às delimitações do poder público, conforme prevê a constituição nacional. Neste sentido, cada redação jurídica referente à LDB atendeu a esta concepção, desse modo se estabeleceu a reestruturação [...] do sistema educacional ao longo do tempo.

A partir da aprovação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996(LDB), a educação seria mais libertadora para todos os estudantes, pelo menos conforme sugere o texto da lei. A reestruturação do sistema de educação brasileiro precisava ocorrer de qualquer maneira, já que

os prejuízos educacionais ao longo do tempo foram muitos, o que ocasionou entraves para a formação intelectual e cognitiva das crianças e adolescentes no país.

Por isso, a LDB de 1996 objetiva uma nova realidade para o ensino médio, bem diferente dos nossos antepassados, que adotaram a memorização da informação como método de ensino e aprendizagem. Mediante isso, há de se pensar que, a LDB passou novamente por toda essa reformulação, sobretudo porque a sociedade em transformação criou essa exigência, já que o velho ensino já não se adequava mais às novas necessidades educacionais. Desse modo, com um texto mais amplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pontuou a importância da educação para a construção das potencialidades dos indivíduos, bem como o seu desenvolvimento pessoal, intelectual e crítico.

A seção IV da Lei 9.394 traz o artigo 35, que determina como uma das finalidades do ensino médio, conforme o seu inciso III, “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...]” (BRASIL, 2017, Não paginado). No que diz respeito à construção do currículo do ensino médio, segundo o parágrafo § 7º, do artigo 35-A, “[...] deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e sócio emocionais” (BRASIL, 2017, Não paginado).

Além disso, a lei apresenta que a educação está dividida em níveis escolares: educação básica, contemplando a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e educação superior. Em relação à carga horária para os níveis fundamental e médio, o artigo 24, inciso I, estabelece que “[...] a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver [...]” (BRASIL, 2017, Não paginado).

Mediante todas as proposições lançadas aqui, concluímos que a educação necessita ser estudada com atenção, principalmente a nossa, que durante anos foi criticada por levar o educando a uma formação baseada na reprodução do conhecimento. Ao refletir sobre educação e ensino, os especialistas e educadores necessitam entender que todos os contextos sociais, econômicos e políticos deverão ser contemplados, partindo daí toda a política nacional de educação.

A LDB de 1996 assegura que o ensino deve ser guiado pelos princípios de igualdade de condições, acesso dos estudantes nas instituições públicas do país, liberdade para aprender e para pesquisar, qualidade do ensino, valorização da experiência extraescolar e consideração

com a diversidade étnico-racial. A educação no seu texto também é vista como um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, os quais têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 2017). É assim que a LDB apresenta a educação, com inspiração da liberdade, princípios da igualdade perante o acesso à escola, foco na qualidade do ensino prestado à população e diversificação de ideias para o aluno.

Com efeito, não é possível acreditar que a LDB seria a solução imediata de todos os males que começaram com a colonização. No entanto, ela possui um enorme valor para todos, principalmente para os educadores que se mostravam contrários ao modelo de ensino e aprendizagem que imperou no Brasil. A ruptura precisava acontecer, não de qualquer forma, mas com muita sabedoria e discernimento.

Para afirmar tudo isso, Alves (2009, p. 80) explana sobre a importância da regulamentação da LDB de 1996:

A LDB tornar-se revolucionária e caminha a passos largos em direção ao desenvolvimento da educação quando destaca que as atividades da educação escolar, em todos os níveis, devem seguir na mesma direção, ou seja, privilegiando sempre o desenvolvimento humano. Assim a educação infantil, primeiro momento da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da clientela [...]. O ensino fundamental [...], deve estar em harmonia com as atuais demandas da sociedade moderna e com as necessidades básicas das clientela atendidas, sejam elas constituídas por jovens ou adultos. Quanto ao ensino médio, a última etapa da escolarização básica, deve ser o tempo de consolidação e aprofundamento da aprendizagem, devendo levar o educando a total inserção na sociedade da qual faz parte.

Assim sendo, a LDB, como averiguamos na visão de Alves (2009) foi e até hoje é um importante preceito para a educação brasileira. Todo o ordenamento jurídico abordado por ela torna-se uma orientação legal para os professores, gestores e especialistas do campo da educação, pois:

Quando a LDB destaca as diretrizes curriculares específicas do Ensino Médio, ela se preocupa em apontar para um planejamento e desenvolvimento do currículo de forma orgânica, superando a organização por disciplinas estanques e revigorando a integração e articulação dos conhecimentos, num processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade[...] (BRASIL, 2000, p.17).

Enfim, a LDB de 1996 apresenta como proposta um currículo baseado na contextualização do conhecimento, na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. É relevante destacar que a lei permite uma Base Nacional Comum para o currículo, mas cada região pode contextualizar os conteúdos de acordo com as particularidades e problemas locais. Esse aspecto é interessante para a aprendizagem do educando, que passa a ter acesso a uma educação mais abrangente e diversificada com os assuntos da sua região.

A educação aqui no Brasil sempre foi um grande desafio para os educadores, já que vários entraves e retrocessos marcaram a história educacional do país. Talvez muitos desses problemas ainda existam na educação, como o elitismo e a exclusão, que marcaram a vida de milhões de pessoas durante anos, décadas e séculos, além de outros que se mantêm muito fortes, como a evasão escolar e a reprovação. De acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015, os dados mostram que 12,9% e 12,7% dos discentes matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio evadiram da escola. Esses resultados revelam uma situação crítica da atual educação. É uma triste realidade para muitos brasileiros deste país (BRASIL, 2017).

Para agravar mais a situação, o censo revela que, nesse mesmo período, na 3ª série do ensino médio, a evasão chegou a 6,8%. Quando somamos todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do número total de alunos nessa etapa básica da educação básica (BRASIL, 2017).

Assim, é mediante a esses problemas, evasão escolar e reprovação, que o ensino médio, a partir da aprovação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, passou por mais uma reforma no governo do Presidente Michel Temer.

Segundo o Ministério da Educação, essas reformas visam aproximar as instituições de ensino à realidade dos educandos de hoje, levando em consideração as novas demandas tanto do mundo do trabalho como da vida em sociedade (BRASIL, 2018).

As mudanças, de acordo com a Lei 13.415, tem como finalidade alterar o currículo para que fique mais flexível e, dessa forma, melhor atender às necessidades dos discentes do Ensino Médio. As reformas estão sustentadas em dois argumentos: a baixa qualidade do ensino médio e a necessidade de tornar essa etapa da educação básica mais atraente para os alunos, sobretudo devido aos índices de abandono e reprovação escolar (FERRETI, 2018).

Para Ferreti (2018), é um equívoco atribuir o abandono e a reprovação dos alunos no ensino médio somente à organização curricular. É preciso considerar os demais aspectos envolvidos na situação, dentre eles a infraestrutura inadequada dos espaços nas escolas (bibliotecas, laboratórios, quadras para atividades esportivas e espaços para atividades culturais) e a necessidade dos jovens em contribuir com a renda familiar.

Com essas mudanças no Ensino Médio, vários artigos da LDB foram modificados. O artigo 1º da Lei 13.415 alterou o artigo 24º da Lei 9.394 sobre a carga horária. Agora, ela “[...] deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 [...]”. Conforme o §3º do artigo 35-A,

“[...] o ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio [...]” (BRASIL, 2017, Não paginado).

O Ministério da Educação declarou que a nova reforma do ensino médio será mais uma oportunidade para o aluno escolher uma formação profissional e técnica dentro da carga horária do ensino médio regular (BRASIL, 2018).

Todas as alterações provocadas pela Lei 13.415 na educação ocasionaram polêmicas entre os docentes, discentes e outros profissionais do âmbito educacional. O governo defendia a necessidade das mudanças, segundo as declarações do Ministério da Educação. No entanto, é conveniente chamar atenção para o currículo do Ensino Médio, o qual já foi alterado outras vezes. Então, será que apenas mudar o currículo é suficiente?

Mesmo com as mudanças na LDB, vários problemas educacionais ainda persistem, como “reprovação e evasão escolar”. Diante disso, como é possível garantir para a sociedade que essa nova reforma curricular do Ensino Médio irá amenizar ou sanar esses problemas educacionais?

Até o momento, o investimento na infraestrutura das escolas é algo muito complicado, uma vez que muitas não possuem bibliotecas têm. Esclarecemos que, na seção 3, os dados sobre a biblioteca escolar serão discutidos de forma mais detalhada.

Enfim, é necessário muito mais que isso, já que até os índices de desenvolvimento da educação brasileira não são tão favoráveis assim. O Brasil é um país de muitas desigualdades, e trabalhar a educação em uma nação com tantos problemas sociais realmente não é fácil.

Em complemento, a própria Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em nenhum dos seus artigos contempla a biblioteca escolar. O que mais intriga é como uma lei que trata sobre as diretrizes e bases da educação nacional deixa tantas lacunas sem resposta. Parece que não existe muita preocupação por parte dos governantes em relação a esse espaço nas escolas, por isso a sua ausência na referida lei. Neste sentido, a educação deste país ainda tem muitos aspectos que necessitam de reflexão. Posteriormente, outros fatores ainda irão surgir, pois, pelo visto, o ensino médio ainda será palco de muitas reformas.

2.1 Pesquisa científica na escola

Demo (2006) discute a educação no contexto do pensamento crítico, da reflexão, do saber pensar e da prática da pesquisa. É imprescindível debater o atual papel da escola na construção da autonomia do educando.

Sendo assim, esse contexto nos permite analisar até que ponto temos uma escola com esse viés, pois quando analisamos o processo histórico de formação da educação brasileira, é possível identificar que, durante anos, ficamos presos a um ensino pautado de memorização da informação, o qual não nos levou a lugar nenhum. Para o antigo sistema de ensino, os alunos “[...] são objetos de aula reprodutiva, que precisam copiar e devolver copiada na prova [...]” (DEMO, 2006, p. 20). Então, será que hoje já temos um ensino de qualidade, uma escola que se preocupa mais com a formação do aluno do que com a sua instrução? Uma escola que colabora para o desenvolvimento do discente enquanto um ser que tem capacidade de aprender e conhecer?

Na prática, o ensino ainda é muito insatisfatório para possibilitar o desenvolvimento de um aluno que tanto queremos. O que as escolas fazem é simplesmente atropelar todo o processo de educação dos estudantes, ou seja, a escola parece que está perdida, pois:

A escola tornou-se, ela mesma, um problema, para si e para a sociedade. Precisa ser repensada, a partir de dentro e de fora, deve passar por um processo de desconstrução e ser, novamente, reconstruída e reinstituída, por meio de processos democráticos de formação de opinião e vontade. É desejável que seja o resultado de processos argumentativos, dos quais participam todos os que fazem parte direta e indiretamente da sua organização e realização [...]. (MATOS; EFKLEN, 2005, p. 9-10).

Nesse cenário, refletimos que a escola deverá repensar qual é o seu verdadeiro objetivo educacional, uma vez que poderá aumentar a possibilidade de autonomia do aluno enquanto um ser político, social, intelectual e cultural.

Trata-se, então, de uma escola que talvez ainda não tenha conseguido desfazer todos os laços com o passado que a enforcam, sem uma ruptura com o velho ensino (memorização da informação). Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio determinam que “[...] a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, **a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação**”. (PARÂMETROS ..., 2000, p.5, grifo do autor)

Recorrendo ainda aos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.5) em relação à educação básica e ao ensino médio, para ser mais específico, ele defende a construção de uma “[...] formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização”.

O que estamos tratando aqui é um debate acerca de uma escola que necessita, de forma primordial, contribuir para a formação plena de sujeitos na nossa sociedade. Comisso, o ideal era evitar atualmente o que mais elas fazem: “[...] empurrar os alunos para frente sem

aprendizagem mínima, fraudando por completo o direito do aluno de aprender bem [...]” (DEMO, 2006, p. 20).

O aprender bem, nesse caso, seria primeiramente oferecer uma educação que estimulasse, por exemplo, a curiosidade para pesquisar, a coragem e a ousadia para escrever as suas próprias ideias e reflexões de forma significativa, com coerência e coesão, o que remete à produção e construção de novos conhecimentos, isto é, a criação de um texto original pelo aluno. É imprescindível que atividades como essa sejam trabalhadas o quanto antes na escola, pois o indivíduo, desde cedo, é capaz de ter percepção e interpretação da realidade que o envolve. Verificamos isso a partir de uma criança, que usa as perguntas para compreender as coisas que estão ao seu entorno, o que nos faz averiguar como o nosso cérebro é capaz de questionar, perceber e aprender. Assim, não podemos trabalhar o cérebro dos educandos somente para a reprodução, mas para que o mesmo se confronte com a realidade e, dessa revolta, tente modificar as coisas que são ruins no seu meio social.

A partir dessa análise, apresentamos a perspectiva de Terzi (2004, p. 30):

Doses de angustias e inconformismo, mesclados aos desejos de tornar algo enigmático em possibilidade inteligível, são credenciais do sujeito aprendiz para adentrar os territórios das averiguações e os percursos das meditações reflexivas.

Ao colocar em prática a capacidade de inquirir, observar e comparar, o investigador atento e persistente concretiza-se como autor de seu processo de construção do conhecimento.

O sujeito cognoscente ao enfrentar suas próprias dúvidas, interrogações e aquelas apresentadas por outros, estimula o exercício da reflexão crítica. Ao fazê-lo inibe a passividade das respostas prontas, das poderosas crenças e dos discursos mecânicos.

Trata-se de não mais permitir um aluno passivo, que aceita tudo sem gerar um questionamento, acomodando-se a não entender, pois só a resposta do outro já é altamente suficiente para explicar todos os fatos que fazem parte do seu contexto. Aceitar isso é o mesmo que colaborar para a interrupção da construção de um pensamento ponderado na reflexão e criticidade. Isso sim é revolucionário para a educação e para uma nova escola, com um novo pensar e novas propostas investigativas para o seu aluno, estimulando a busca de conhecimentos e modificando o processo de aprender e estudar. Logo, “O aprendizado é uma conquista historicamente alcançada por homens e mulheres que aprenderam a aprender e aprenderam que ensinar e aprender não são atividades realizadas no vazio [...]” (MATOS; EFKEN, 2005, p.13). O olhar da escola deve ser pautado na construção de um autor da sua própria história e do próprio conhecimento, uma vez que o homem pode ser considerado um sujeito criativo e inteligente para fazer o que bem entende.

Educação sempre foi e será um desafio para todos nós, conforme dito anteriormente. As possíveis mudanças já estão na hora de acontecer. Já estamos atrasados e não podemos

continuar assim, presos a uma concepção que nos impede de enxergar a importância da escola e como a sua “[...] existência [...] não deve estar atrelada a determinados conteúdos disciplinares, nem à instrução em geral, mas a algo maior, como a formação e a emancipação humanas [...]” (ALMEIDA, 2004, p. 87). Sucede que a escola deve ter o aluno como o centro da educação. Tudo deve ser feito para ele, para a sua formação e aprendizagem.

Mas, como conseguir essa nova organização escolar que tanto discutimos? Será que só dar aulas é o suficiente hoje, ou precisamos de novas metodologias de ensino? Tudo o que foi elencado até o momento deixa claro que é preciso ordenar e mudar, pois as mudanças também são significativas para construir algo novo, mas não é conveniente realizá-las de qualquer forma. É a partir dessa concepção que Demo (2005, p. 45-46) afirma:

[...] é importante o reconhecimento, de que mudanças escolares deve ser, intrinsecamente, processo de aprendizagem, não só por coerência endógena, mas mormente por formular desafio mais humano de mudança. Escola não é objeto de mudança. É sujeito. O conceito de cultura pode aí ser estratégico.

Em busca de uma visão mais ampla sobre o contexto educacional, exploramos ainda mais Demo (2004, p. 21-22), considerando um outro trabalho intitulado de “Pesquisar para saber pensar”, no qual o autor, com seu discurso provocante e instigante, discorre que:

[...] Pesquisa como ambiente de aprendizagem implicaria mudanças drásticas no desenho da escola e no formato curricular, porque decorreria, entre outras coisas, que os alunos não vão para a escola escutar aulas, mas reconstruir conhecimento. Por certo, pode-se escutar aulas, mas não são o centro da didática. São, antes, componente supletivo. O centro das atenções precisa voltar-se para as atividades autopoieticas dos alunos, em particular para pesquisar e elaborar. É menos útil repassar montanhas de conteúdo através de aulas seriadas, do que aprofundar o conhecimento pela pesquisa cuidadosa e intensa. Ao aprofundar o conhecimento pela pesquisa o aluno aprende uma habilidade essencial da formação humana que é saber pensar. Como nunca dominamos todos os conteúdos, até porque seria pouco útil- eles evaporam com o tempo- é mais fundamental saber pensar, porque está habilidade nos capacita a nos confrontar com qualquer conteúdo novo. Ou seja, nos mantém inovadores. Quem sabe pensar, sabe repensar-se. Refaz seu conhecimento, busca novas fontes [...].

Diante da discussão pretendida, ressaltamos que, para uma educação de qualidade no país, as mudanças na forma de ensinar e de transmitir os conteúdos seriam o ponto crucial para o bom desempenho dos educandos. Então, porque não começamos pela prática da pesquisa enquanto uma atividade que fomenta a produção de argumentos, inserindo o aluno na construção de seus respectivos conhecimentos, ensinando-o a questionar, duvidar, esclarecer e fundamentar as suas ideias? Isso sim é conhecimento. E o que gera conhecimento é a pesquisa. Assim, diante de todos os pontos que elencamos até agora, provavelmente não serão causadas mais estranhezas a nenhum de nós, especialmente quanto à abordagem da pesquisa científica na educação básica, mais precisamente no ensino médio.

Dessa forma, o ideal era que o ensino médio hoje colocasse também o educando como um sujeito produtor de conhecimento. Esse é o ponto aonde queríamos chegar. Discutir a questão da pesquisa científica na escola, sobretudo na formação dos alunos do ensino médio como uma prática de aprendizagem que visa à constituição de uma geração de educandos moldados pelo exercício da investigação. É nesse cenário que ideias podem ser construídas ou desconstruídas, fazendo parte do processo de elaboração do conhecimento. O conhecimento é algo mutável, o tempo todo passa por mudanças que não estão em busca de um fim, mas sempre de um novo recomeço.

Afinal, o que é pesquisa? E o que é pesquisar? De acordo com o dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008, p. 982), pesquisa é um “[...] conjunto metódico de atividades que têm por finalidade a descoberta de conhecimentos novos no domínio científico, literário ou artístico”. O mesmo dicionário também pontua a definição de pesquisar como a realização de “[...] investigação sobre algum assunto [...]”. Agora, com base nessas definições, compreendemos melhor a contextualização da definição de pesquisa escolar para Ninin (2008, p.21), a qual remete a uma:

[...] atividade sistematizada e mediada entre sujeitos, pautada em instrumentos que propiciam a construção do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia, por meio de ações com características de reflexão crítica¹, que priorizam descobrir, questionar, analisar, comparar, criticar, avaliar, sintetizar, argumentar, criar.

Considera-se que a pesquisa, inclusive na escola, objetiva estimular o aluno a analisar, averiguar etc. No entanto, a participação do professor e do bibliotecário é importante para conduzir os alunos perante tal ato. Por isso, pensa-se em uma atividade que necessita de mediação, pois os professores juntamente com o bibliotecário são os sujeitos essenciais para explicar de forma plausível as razões que levam à prática da pesquisa. Todavia, o ideal é que os alunos também participem da escolha dos temas. Essa participação estimula o interesse, a vontade de ir atrás do desconhecido, de fazer descobertas. A curiosidade permite tudo isso, levando o sujeito à investigação.

É presumível que, para muitos, a pesquisa científica seja uma prática que, de fato, só possa ser executada na graduação. Mas, ao contrário, é importante estimular o ato de pesquisar para os estudantes também do ensino médio, para a formação deles enquanto sujeitos da atual sociedade, aptos a questionar, dialogar e criar. Realmente, este é o momento de implementar a pesquisa nas escolas com um princípio educativo. Isso significa que:

O ato de pesquisar não é visto, nessa perspectiva, como atividade especial apenas para acadêmicos do Ensino Superior, mas é percebido como possibilidade metodológica e alternativa para o sucesso do processo ensino e aprendizagem, uma vez que aprender de forma significativa (que aliás, é o objetivo e discurso da escola) pressupõe, ampliar, elaborar e reelaborar ideias, o que traduzindo não tem relação com apenas dar aulas,

mas com pesquisar, orientar e avaliar durante todo o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, educar pela pesquisa. (RETAMERO et al., 2017, p.806).

Com essa mudança de paradigma, proposta por Retamero *et al.* (2017), avançaríamos de forma impressionante, pois todo esse processo de nova educação, ou simplesmente educar o aluno pela prática da pesquisa, permitiria que os resultados das avaliações educacionais fossem mais satisfatórios e menos vergonhosos.

Algumas vezes, hesitamos que existe pouco incentivo por parte das escolas em relação à introdução da pesquisa nas práticas educativas. Cogitamos que as escolas não conhecem o CNPq ou desconhecem a sua ampliação e diversificação na forma de fomentar a pesquisa entre os estudantes, incluindo o ensino médio em programas de iniciação científica. Estamos falando do PIBIC para o Ensino Médio, que apresenta a seguinte finalidade:

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e profissional da Rede Pública, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado, em instituições de ensino superior ou instituições de ensino superior ou institutos/ centros de pesquisas. (BRASIL, 2018, Não paginado).

Na mesma linha de reflexão, Costa e Zompero (2017, p. 21) sustentam que o PIBIC Ensino Médio “[...]tem o objetivo de oportunizar aos alunos da instituição escolar o acesso à pesquisa científica [...]”. Já a aposta dos autores Bianchetti, Silva e Oliveira (2012, p.13) a execução de programas de iniciação científica na educação básica é definida da seguinte forma:

[...] aposta-se também que esses Programas possam contribuir para o processo de domínio das habilidades de ler e escrever (codificar e decodificar) e seu uso em práticas sociais nas quais a desenvoltura na leitura e escrita são necessárias aos bolsistas de IC, a fim de prosseguirem seus estudos [...].

Investir na pesquisa científica é o mesmo que promover aos estudantes a oportunidade de prosseguir com seus estudos de forma digna. O processo de construção do conhecimento perpassa pelo campo da pesquisa, não sendo conveniente desassociar o ensino dela. Por outro lado, sublinhamos que a leitura é imprescindível para o processo de pesquisa, principalmente porque ela visa o autodesenvolvimento do aluno. Excluir a leitura da educação é o mesmo que deixar o homem à própria sorte, sem a capacidade de pensar e avaliar criticamente, o que prejudicaria as suas habilidades de pesquisar, e de modo consequente, a compreensão, a interpretação, o raciocínio e a sua independência intelectual. Se não entendemos, não conseguimos criticar, aceitamos sempre sem questionar. Hoje, uma educação libertadora passa a ser o desafio cotidiano de qualquer país.

Porém, na contemporaneidade, “[...]percebemos que muitas instituições escolares continuam erguidas sobre o instrucionismo da era industrial, [...] e ainda avaliam com base na reprodução, reprovando atitudes e ações criativas [...]” (ALMEIDA, 2004, p.91). Com isso,

verificamos que, caso as escolas continuem caminhando nesse sentido, seremos instituições decadentes, que priorizam as aulas reprodutivas, com poucas práticas de pesquisa e leitura.

Nesse cenário, estamos falando de uma leitura significativa para o aluno. Quando o aluno tem dificuldades para compreender, refletir o que está lendo, a sua formação é prejudicada, visto que estamos falando de uma formação permanente, já que a mesma “[...] não cessa, não se conclui. Como a vida, aprendemos a vida toda. A qualidade da população está vinculada a este reconhecimento: precisamos estudar sempre, ler, pesquisar, escrever [...]” (DEMO, 2006, p.34-35).

Salientamos que o momento se faz conveniente para algumas reflexões, entre elas o resultado da última avaliação do PISA em 2015. Uma das razões que nos motivou a trazer essa conversa é que o exame pode “[...] fornecer informações para a tomada de decisões necessárias para que o país alcance melhores níveis de proficiência em leitura e, conseqüentemente, forme leitores mais críticos e capazes de atuar na sociedade” (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2016, p.269).

A avaliação é trienal, abrangendo três dimensões do conhecimento: ciências, leitura e matemática, realizada com educandos a partir de 15 anos e coordenada pela Diretoria de Avaliação de Educação Básica (DAEB) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Contudo, trataremos neste estudo somente sobre o resultado dos estudantes quanto ao tópico leitura, já que é uma das dimensões pedagógicas da biblioteca escolar.

O programa de avaliação PISA é realizado de forma constante e o Brasil vem participando desde a sua primeira edição, que ocorreu em 2000. Os seus métodos de avaliação são interessantes, haja vista que, através dele, verifica-se a proficiência dos alunos em relação às três áreas cognitivas, Ciências, Leitura e Matemática. Assim, é possível verificar o nível de conhecimento dos discentes e como eles conseguem aplicar tal conhecimento no seu contexto. Além do mais, tenta-se realizar um parâmetro entre os estudantes de diversos países.

O que torna interessante é que a avaliação serve de estudo para a realização de possíveis políticas públicas que visem melhorar a educação do Brasil e dos demais países participantes. Para participar da avaliação, foram escolhidas 841 escolas, 23.141 estudantes e 8.287 professores. Todas essas informações são recolhidas do Censo Escolar 2013, de acordo com o relatório do PISA de 2016. (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2016).

Segundo o relatório final do PISA 2015, a avaliação da educação formal no aspecto leitura visa “[...] medir habilidades que envolvem localizar informação, interpretar e integrar

ideias e refletir criticamente sobre informações de fontes diversas” (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2016, p. 268).

Desse modo, os dados dos quadros 1, 2 e 3 permitem estabelecer um confronto com os pressupostos destacados na pesquisa e a realidade no cenário nacional e internacional no campo da leitura. Sendo assim, o quadro 1 apresenta as médias dos países em “leitura”.

Quadro1 – Média dos países em leitura - PISA (2015)

PAÍSES	MÉDIA
Canadá	527
Finlândia	526
Coreia do Sul	517
Portugal	498
Estados Unidos	497
Espanha	496
Chile	459
Uruguai	437
Costa Rica	427
Colômbia	425
México	423
Brasil	407
Peru	398
República Dominicana	358

Fonte: OCDE; INEP (2016).

Quando verificamos os dados do quadro 1, visualizamos que existe uma diferença significativa entre os estudantes dos países que compõem o quadro. Identificamos que o Brasil perde para vários países, inclusive para o Chile, Colômbia e Uruguai, os quais fazem parte do seu próprio continente, América do Sul, ganhando apenas do Peru, que também é sul-americano.

Quadro 2 – Média em leitura por unidade federativa- PISA (2015)

(Continua)

UNIDADE FEDERATIVA	MÉDIA
Brasil	407
Federal	528
Particular	493

(Conclusão)

UNIDADE FEDERATIVA	MÉDIA
Estadual	402
Municipal	325

Fonte: OCDE; INEP (2016).

A partir da observação dos dados extraídos do PISA 2015, verificamos que a média nacional em leitura é 407 pontos, entretanto, evidenciamos que o ensino federal é o melhor colocado, com 528 pontos, ficando acima da média nacional.

Podemos inferir que a educação federal é a mais bem-sucedida de todas. Convenientemente, seria mais cativante se as demais esferas estivessem no mesmo patamar, principalmente a educação municipal, pois ela contempla a segunda etapa da educação básica, o ensino fundamental. A base do fundamental serve de alicerce para um ensino médio mais eficiente, por isso ela deveria ter uma boa construção, com raízes bem profundas, impedindo que diversas dificuldades fossem jogadas para o professor do ensino médio.

Torna-se conveniente chamar a atenção para tais aspectos, sobretudo se queremos uma educação guiada pelo princípio da qualidade. A preocupação deverá começar com a formação dos educandos desde cedo, na educação infantil e fundamental.

Quadro 3 – Média em leitura por unidade federativa - PISA (2015)

(Continua)

UF	MÉDIA
Brasil	407
Espírito Santo	441
Paraná	433
Minas Gerais	431
Distrito Federal	430
Santa Catarina	419
São Paulo	417
Goiás	416
Mato Grosso do Sul	411
Rio Grande do Sul	410
Ceará	409
Acre	407
Amazonas	407
Roraima	403
Mato Grosso	402
Rio de Janeiro	400
Pará	395
Pernambuco	394
Rondônia	393

(Conclusão)

UF	MÉDIA
Amapá	385
Paraíba	385
Rio Grande do Norte	384
Piauí	381
Sergipe	379
Maranhão	377
Tocantins	376
Bahia	372
Alagoas	362

Fonte: OCDE; INEP (2016).

Em relação ao terceiro quadro, apresentamos a média dos estados em leitura no PISA 2015. Percebemos que nove unidades federativas estão um pouco acima da média nacional (407 pontos), por exemplo, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Ceará, o que representa um enorme contraste na educação brasileira. Os resultados menores concentram-se no Maranhão, Tocantins, Bahia e Alagoas, que ocupam as últimas colocações. As desigualdades e dificuldades que tanto destacamos no decorrer do trabalho estão evidentes no resultado do PISA (2015), como podemos perceber a partir de todos os dados extraídos da avaliação, cujo resultado encontra-se disponível no site do INEP, para as pessoas que tiverem interesse.

Posteriormente a todos os dados e informações elencados na pesquisa, a visão de Garcia (2007, p. 42) se encaixa perfeitamente neste momento, apesar da sua publicação ter acontecido em 2007, isto é, há mais de 10 anos, com o título “Afinal, para que servem as avaliações promovidas pelos sistemas de educação?”:

Primeiro, o que começou a gerar surpresa e, porque não dizer mal-estar, foram os resultados apresentados pelos estudantes na série de avaliações que foram se sucedendo, especialmente nos últimos quinze anos. Pelos resultados divulgados do [...] PISA, em anos anteriores, aquilo que se imaginava, de repente, ficou constatado: a qualidade da aprendizagem das crianças e jovens brasileiros estava aquém do que se poderia supor e, pior ainda, está dura constatação dizia respeito não apenas às escolas públicas, mas também às escolas privadas. Como o foco considerado ficou restrito aos resultados, nesta ótica, a educação escolar se mostrava cheia de rupturas e déficits consideráveis, uma vergonha nacional. Um escândalo a olhos vistos.

Buscamos defender aqui a necessidade de uma escola que ofereça um ambiente construtivista. “O que pode diferenciar a educação escolar de outros tipos e espaços educativos é fazer-se e refazer-se na e pela pesquisa [...]” (RETAMERO et al., 2017, p. 805). Isso é conveniente, pois, se realmente queremos mudar o cenário nacional, se queremos melhores

resultados nas avaliações, eliminando esse escândalo dos olhos vistos, conforme Garcia, a pesquisa será um caminho perfeito para se alcançar tal patamar.

A priori, não é coerente falar de pesquisa sem leitura, poisos dois processos estão interligados, ainda mais porque a leitura viabiliza a construção de um discurso bem genuíno, sem reproduções. “[...] Assim, a aquisição de novas informações e a conseqüente expansão de horizontes intelectuais decorrentes de leituras ecléticas vão se tornar instigadoras [...] de comunicações mais autênticas [...]” (SILVA,1997, p.63).

A pesquisa é um elemento instigante para alavancar a educação, salva guardando a ideia da pesquisa nas salas de aula, não só nas universidades, mas nas escolas. A nossa proposição deveria ser das escolas, do governo e de toda a sociedade. A ação de pesquisar requer uma escola participativa, um educador mediador, que faça parceria com o bibliotecário. Desse modo, é possível oportunizar novos caminhos para as crianças e jovens, ou seja, a educação, de fato, só será concretizada como um processo construtivo quando motivar a construção do conhecimento dos milhares de alunos que estão nas escolas, seja no âmbito municipal, estadual, federal ou na rede privada.

Enfim, uma educação transformadora começa pela análise de todos os métodos de ensino e aprendizagem vigentes no sistema educacional brasileiro. Nesse caso, referimos a prática desses atos, como o ensinar é realizado, o que ensinar e o porquê ensinar. Isso implica que “[...] se o professor não tomar cuidado na seleção dos tópicos a serem ensinados, poderá estar preparando o aluno para uma sociedade passada, totalmente desvinculada do presente. Daí a reprodução, o não - avanço da sociedade [...]” (SILVA, 1997, p.26).

Em síntese, o conhecimento é desafiador para o ser humano, não é à toa que hoje ele é a matriz para qualquer nação. “Assim, entende-se que os alunos durante o período de escolarização precisam ter oportunidade de contatos com a pesquisa de maneira sistematizada, apropriando-se cada vez mais da linguagem científica [...]” (COSTA; ZOMPERO, 2017, p. 15).

Aliás, a pesquisa é a chave para se atingir o progresso educacional, por isso a sua inserção nas escolas. Em ênfase, ela seria o meio ideal para se atingir a aquisição do saber, o que, porventura, não interessa para as classes dominantes, a não ser a domesticação do homem.

Enfatizamos que a escola seria a ferramenta essencial para promover estímulo e interesse do seu corpo discente, a arte de pesquisar. Com um trabalho em conjunto entre os professores e bibliotecários, o aluno poderia desenvolver esse hábito com gosto, pois, como diz Freire (1996, p.14):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

No entanto, apesar de toda essa argumentação sobre a importância da criticidade do indivíduo e o fomento à pesquisa, percebemos que existe uma distância enorme entre esses aspectos e o aluno no ensino médio. Ainda persistem muitas lacunas que são entregues ao professor na graduação, como se eles fossem responsáveis por sanar cada um.

Ao final de tudo isso, o que mais assusta é descobrir que não mudamos nada, continuamos perplexos com os resultados das avaliações, pouca coisa fazemos, ou, simplesmente, não realizamos nada de diferente para progredir a educação do país.

3 BIBIOTECA ESCOLAR

Partindo de uma visão democrática, constatamos que a educação, de acordo com o artigo 205 da Constituição de 1988, é um direito de todos, bem como um dever do Estado. Outrossim, o ensino no artigo 206 da lei maior tem que ser pautado a partir do princípio da qualidade, (BRASIL, 1988), ainda que, na prática, isso não seja uma realidade para milhares de brasileiros. A lei assegura esse direito para toda a sociedade, porém, a insatisfação com o ensino público é muito grande atualmente. “Ora, na verdade, existe um abismo entre essas promessas e a realidade, entre as intenções e os fatos, entre o que a escola deveria ser, o que ela é, de fato, é” (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1982, p.22).

A experiência que carregamos enquanto alunos de uma educação pública nem sempre é tão positiva, pois falta professor para determinadas disciplinas, atraso no início do ano letivo por causa das greves, entre outros. Essa é a nossa realidade, que se torna mais complicada quando olhamos para os espaços escolares e simplesmente não encontramos bibliotecas em muitas instituições.

Bibliotecas são importantes sim! Esses espaços não podem ser retirados das escolas sem saber o que pensam as crianças, os jovens, os pais, os educadores, enfim, toda a sociedade. Nesse caso, a democracia tem que imperar na nossa sociedade, ou melhor, tem que imperar uma democracia autêntica.

A democracia autêntica é aquela onde os indivíduos, no respeito à dignidade humana de cada um e de todos, não são objetos dos que detêm o poder, mas co-participantes e co-responsáveis deste poder para um melhor desenvolvimento político e social da comunidade onde estão inseridos. (SIMÕES JORGE, 1981, p. 12).

O autor referenciado deixa bem claro o quanto é importante a participação de todos na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e decente. Democracia é um projeto para todos e não para alguns. Assim, quando pensamos em bibliotecas escolares e, principalmente, quando levamos esse espaço para dentro da escola, pensamos também em uma educação voltada para o princípio da qualidade, o que representa democracia.

Através da inclusão de bibliotecas que podemos mudar a realidade da educação. O que falta é cumprir as leis do país, já que para a implantação de bibliotecas há a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, a qual garante a inserção de bibliotecas, seja em escolas públicas ou privadas de todo o país (BRASIL, 2010). Essa garantia é assegurada pelo artigo 1º da citada lei.

Contudo, essa universalização das bibliotecas nas escolas do Brasil só existe por enquanto no papel, pois a lei estabelece um prazo de dez anos para as instituições de ensino adequarem-se às determinações desse preceito. Muitas escolas não contemplavam bibliotecas e nem bibliotecários no ano de sua elaboração e, até o momento, continuam do mesmo jeito.

Campello, Barbosa e Proença (2018), a partir de dados do censo escolar² da educação básica do INEP, identificaram, através de documentos como Formulários, Cadernos de Instruções, Resumos Técnicos e Notas Estatísticas, entre o período de 2009 a 2017, que, para conseguir cumprir a Lei nº 12.244, será necessário atingir as seguintes estimativas apresentadas no quadro 4.

Quadro 4– Estimativas sobre o número de bibliotecas a serem criadas até 2020

A partir da promulgação da lei nº 12.244	Em todas as redes e níveis de ensino	128 mil
		130 mil
	No ensino fundamental como um todo	93 mil
	No ensino fundamental público	89,7 mil
	No ensino fundamental privado	3,9 mil
	Na rede pública (municipal, estadual e federal)	113.269
Por dia	Em escolas públicas	34
	Em escolas de educação infantil	21
	No ensino fundamental	25
	Em todas as redes e níveis de ensino	39

Fonte: Campello e colaboradores (2015).

O número de bibliotecas para serem implementadas até 2020 é bem elevado, considerando a estimativa dos autores Campello, Barbosa e Proença (2018). Observamos um resultado negativo para a educação do país.

Ademais, conforme o INEP, das 180 mil instituições de educação no país, somente 98 mil não têm biblioteca escolar (BRASIL, 2018, Não paginado). Ainda assim, é considerado um número bem elevado, visto que mais de 50% das escolas não possuem um lugar tão importante para a formação da população jovem do país. Como o quantitativo de bibliotecas a serem criadas é enorme, será que o Brasil dispõe de bibliotecários em número suficiente para atender a essa demanda?

A Lei 12.244 foi promulgada em 2010, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mas a situação é muito crítica para as bibliotecas escolares. Educação é essencial para o progresso do Brasil. Precisamos de uma educação não mais no viés dos nossos antepassados, que manipulavam os educandos, não os deixando pensar, inferir, agir.

² De acordo com o Inep, o censo escolar é o principal instrumento para a coleta de dados da educação básica. Ele é realizado em parceria com as secretarias municipais e estaduais, além da participação das escolas públicas e privadas do Brasil. Essa definição foi retirada da página do INEP. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Fundamentando-se em Simões Jorge (1981), compreendemos hoje o papel da educação quando este pontua que, a partir dela, é possível o nascimento de uma consciência crítica. Porém, a gestação dessa ideia só ocorre por meio da leitura e pesquisa. Essas dimensões estão presentes até na própria definição de biblioteca escolar, no artigo 2º da Lei 12.244, de 24 maio de 2010: “[...] considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010, Não paginado).

Então, essa lacuna que hoje temos entre ensino e pesquisa não poderia existir. Pesquisar é tão importante quanto aprender a ler, escrever e realizar as operações aritméticas. Se não pesquisamos, não produzimos conhecimentos e não pensamos.

Como a vida do homem sempre é atrelada a um processo de busca, não nos acomodamos somente com a definição da lei citada acima para bibliotecas escolares. Somente esta definição não é suficiente, necessitamos ir mais longe. Por isso, nessa nova busca, encontramos a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (2015, p.19), que pontua a biblioteca escolar como:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural.

São essas dimensões que deverão fazer parte das ações das bibliotecas escolares. É um direito de todos os educandos ter acesso e, ao mesmo tempo, fazer uso.

A biblioteca escolar é algo maior, ela vai além da organização de livros nas estantes. Ela tem uma função educativa ao contribuir para a construção de uma bagagem cultural e informacional dos educandos. Assim como não é coerente para nenhum de nós isolarmos o ensino da prática da pesquisa, a mesma coisa poderíamos dizer da biblioteca escolar, que também não é viável que seja desassociado a escola dela.

Nesse caso, estamos tentando chamar a atenção de todos para as dimensões pedagógicas da biblioteca escolar, como a leitura e a pesquisa. São essas ações da biblioteca escolar no campo da educação básica que Campello (2003) sustenta em seu discurso.

Sendo assim, abordamos alguns questionamentos a respeito dessas duas dimensões, leitura e pesquisa, já que acreditamos na perspectiva da associação das duas atividades para a formação do homem enquanto sujeito de uma sociedade.

Reiteramos que “[...] as bibliotecas escolares são responsáveis em proporcionar aos estudantes a base para a leitura” (SILVA; BORTOLLIN, 2006, p.12). Acreditamos na sua força para “[...] criar o hábito de ler, o prazer de ler, o gosto pela leitura” (CAMPELLO, (2003, p. 3).

A aquisição do saber se efetiva por meio da leitura. A pesquisa necessita da leitura, pois são inseparáveis. A criticidade ocorre graças a ela. Por que, então, a leitura não é tão presente em nossas vidas?

Sem leitura, as consequências são desastrosas. Pecamos muito quando a sua importância não se torna perceptível para nós. Um trabalho educacional revolucionário é aquele que oferece a devida relevância para tal problemática nacional. Nessa linha, Resende (2014, p.135) define a leitura como um ato fundamental:

A leitura é importante na vida de qualquer indivíduo. Por meio dela, melhoramos o modo de nos expressar e pensar, aumentamos a capacidade de interpretação e o senso crítico, conhecemos outros mundos e outras culturas, além de viajar pelo mundo da fantasia e da imaginação. A leitura é capaz de transformar as pessoas e o mundo, pois o conhecimento [...] torna o indivíduo mais criativo, consciente, crítico, e reflexivo [...].

É interessante a perspectiva da leitura a partir de uma visão mais significativa, pois é essa ação que levará o aluno ao desenvolvimento das suas potencialidades. Entretanto, o ideal é que o bibliotecário participe dessa ação. A sua atitude, mediante as dimensões pedagógicas da biblioteca escolar, jamais poderá ser passiva, visto que não é agindo com ingenuidade que o trabalho na educação será de transgressão.

A leitura faz parte do universo do conhecimento. O conhecimento tem que fazer parte da vida crítica do educando. A biblioteca escolar, por sua vez, tem que ser uma fonte rica de informações para todos os estudantes. Os aspectos se inter-relacionam e, sem essa integração, é impossível melhorar o ensino no país. Sobre isso, Marçal (2014, p.130) defende a importância da biblioteca escolar no contexto do ensino e do aprendizado, apontando a leitura como um fator essencial para se chegar ao processo de maneira eficaz:

No contexto, a biblioteca possui a função de incentivar /estimular a leitura na dinâmica de ensinar e aprender atuando em conjunto com a sala de aula e participando no processo de formação de cidadãos críticos e conscientes. É um processo de descobertas e liberdade, despertando em seus usuários um conhecimento que pode ser prazeroso através da atividade de leitura. Isso nos leva a creditar na importância da biblioteca escolar e na sua contribuição na formação do indivíduo, enquanto cidadão participativo e consciente.

A leitura alimenta a consciência dos indivíduos, fomenta a formação de uma geração mais participativa e conduz o aluno a repensar a sociedade. “O despertar para o desejo de ler é a busca do conhecimento interior e pessoal, em que os processos de desconstrução e reconstrução estão ativados dentro de cada sujeito [...]” (GOBBI; SILVA; PEREIRA, 2014, p. 120).

É a leitura que dá sentido à vida, que várias vezes chega a estruturar e reestruturar o homem. Não sabemos o que seria de nós sem ela! Viveríamos em estado vegetativo, as nossas

vidas não teriam sentindo. A leitura alimenta a mente, o espírito, precisamos dela como o nosso corpo necessita de água e comida. Sem ela, perdemos a direção da vida e do mundo.

As “[...] ações de leitura se pautam pela criatividade e liberdade, portanto, é importante que os entraves burocráticos sejam eliminados” (MARTINS; BORTOLLIN, 2006, p.37). A leitura tem que ser explorada, mas deve-se levar em conta as dificuldades dos alunos, o ritmo de cada um, os seus medos, tudo que possa prejudicar ou provocar entraves na formação de cada leitor. É interessante a questão da liberdade para eles, pois a leitura não pode ser uma obrigação para o aluno. Ele precisa percebê-la como um ato voluntário e o bibliotecário tem que criar mecanismos para isso.

Ao elaborar as estratégias, o bibliotecário deve preservar a individualidade de cada leitor, isto é, as crenças, a cultura, a religião e a sua visão de mundo. A partir dessas táticas, mostrara cada leitor como a leitura auxilia na tomada de decisão, possibilita a autonomia, promove a aquisição de novos conhecimentos e perspectivas. Portanto, ler envolve compreensão, análise, questionamentos, conflitos e criticidade. Isso nada mais é do que encontrar ou buscar respostas para as indagações do homem.

Apresentamos a leitura como uma ação essencial para a formação humana na perspectiva de vários autores. Contudo, destacamos que a leitura é uma dimensão também da biblioteca, e o bibliotecário é o mediador dessa ação.

Agora surge a necessidade de adentrar em um outro universo da biblioteca escolar. É preciso mencionara relevância da pesquisa na escola, destacando o valor da biblioteca como um canal extremamente importante para que a ação seja executada com um bom nível de desempenho.

Para Campello (2003, p.9), “[...] a pesquisa [...] integra a ação educativa da biblioteca escolar”. Contudo, é essa ação que deveria nortear todo o processo de educação no Brasil, uma vez que o alunado tem que aprender a caminhar com as suas próprias pernas, arriscando-se na busca do conhecimento. Em complemento, Freire (1996, p. 46) afirma que “[...] é imprescindível, portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-la” ou “domesticá-la [...]”.

A pesquisa na escola é uma das possibilidades para a produção intelectual do aluno, tanto que:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, **sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.** (FREIRE, 1996, p. 30, grifo nosso).

A partir de Freire (1996), inferimos que a educação é tudo na vida do indivíduo, por isso ela pode ser libertadora. O aluno tem que ter fome de conhecimento, sede para buscar as informações e ganância para não se contentar apenas com a visão de um autor, mas mergulhar e lambuzar-se em várias concepções, vertentes e posições, duvidando de cada uma, debatendo e questionando.

Uma educação mais dinâmica, com essas diretrizes, ainda é um sonho para nós, mas nada é impossível para quem tem força, coragem e determinação. Se toda a sociedade, um dia, se unirem busca desse ideal, conseguiremos sem dúvidas. A educação é muito importante e precisa de um olhar diferenciado por parte dos governantes. O povo neste país deseja escola, com laboratórios de ciências, física, química, biologia e informática, ainda que somente isso não baste. Queremos mais, temos ambição, desejamos bibliotecas com bibliotecários. Essa é a realidade que almejamos agora: bibliotecas em todas as escolas, não só de rico, mas de pobre, não só na zona urbana, mas também na rural. Todos têm direito a aprender.

A biblioteca escolar, em todos os níveis de ensino, auxilia os alunos a expandir as suas investigações. É com essa sabedoria que Monteiro (2016) a representa em sua dissertação de Mestrado.

A pesquisa na escola não deve ser uma atividade temporária ou feita de qualquer forma, por obrigação. Ela necessita de planejamento e orientação por parte dos professores e bibliotecários. A relação entre esses profissionais é indispensável para o desenvolvimento de uma pesquisa de qualidade. Juntos podem realizar um trabalho de cooperação, despertando a curiosidade do aluno para aprender a pesquisar.

Para ampliar a discussão, Almeida Júnior (2006, p. 101) afirma que:

[...] a pesquisa escolar é utilizada como uma obrigação, imposta pelos professores em sala de aula, [...]. Na verdade, a pesquisa deve ser encarada como um instrumento pedagógico, imprescindível na formação do aluno. E o espaço onde ela, pesquisa, ocorre, como fazendo parte do ambiente necessário para a formação do cidadão.

Por outro lado, notamos que, para Almeida Júnior (2006), a pesquisa também demanda a existência de uma biblioteca escolar para a ação pedagógica. Em vista disso, o interessante é que ela seja bem estruturada, com um acervo diversificado, atualizado, organizado e que atenda às necessidades das disciplinas e de toda a comunidade escolar. Ela deve ser um lugar de destaque nessa dimensão pedagógica.

A biblioteca escolar é um aparelho para o processo de pesquisa. O seu apoio e suporte é fundamental para todos, professores e alunos. Por ser um espaço de pesquisa e de leitura, a sua inserção no projeto pedagógico da escola se faz necessário, como enfatizam Dezidério *et al.* (2014, p. 66).

O Projeto [...] Pedagógico é o documento institucional construído coletivamente pela comunidade escolar que contempla os objetivos a alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar, bem como os meios para concretizá-los. Constitui-se num instrumento institucional de organização/gestão de médio e longo prazo, devendo incluir, por conseguinte a biblioteca e sistematizar seus fins, objetivos, e estratégias para o seu funcionamento e integração com demais setores da instituição escolar.

Quando o gestor da escola agir dessa forma, abre espaço para o bibliotecário falar e participar da criação e elaboração de ações que visem melhorar a educação das crianças, adolescentes e jovens. “Um regime democrático verdadeiro tem seu instrumento no diálogo. Por ele e com ele todos os homens serão inseridos na vida social e política de sua comunidade” (SIMÕES JORGE, 1981, p. 13).

Outro ponto importante, que possui um elo com a biblioteca e a pesquisa, é a formação e o desenvolvimento de coleções. Sem acervo, a pesquisa não acontece e a biblioteca não existe. Os aspectos fazem parte do mesmo conjunto, estão interligados e, de jeito nenhum, podemos pensar em separação.

A política de formação e desenvolvimento de coleções também tem que incluir o projeto pedagógico da escola, em especial porque a seleção do acervo caminha com a proposta de ensino da escola.

[...] As coleções das bibliotecas escolares devem seguir, na realidade, os direcionamentos do sistema educacional vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do processo de desenvolvimento de coleções estará, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos - normalmente alicerçada por uma política de seleção que terá por base o currículo ou programa escolar [...] (VERGUEIRO, 1993, p. 19).

A formação do acervo de toda e qualquer biblioteca escolar, seja na esfera particular, municipal, estadual ou federal, encontra-se pautada na perspectiva de Vergueiro. O acervo tem que atender às necessidades informacionais da comunidade escolar. Pensando assim podemos colaborar de forma positiva para as dimensões pedagógicas das bibliotecas escolares.

Observa-se que a educação brasileira é cheia de contrastes: de um lado temos uma Constituição que assegura uma educação democrática e de qualidade; do outro, os alunos sofrem com a fragilidade do ensino e a falta de infraestrutura das escolas.

As bibliotecas escolares nem sempre estão preparadas para executarem essa ação pedagógica com excelência e qualidade. Elas podem oferecer um serviço precário, que talvez não supra as necessidades dos estudantes, até porque muitas nem bibliotecário têm. Os alunos não conseguem visualizar na pesquisa uma significação para a sua vida intelectual, o que acaba se transformando em um ato mecânico para eles. Mas, se a pesquisa fosse vista de uma forma mais significativa, poderia mudar a vida dos educandos. Portanto, subtende-se que “O sentido principal da pesquisa escolar, como forma de produção do saber, bem como o despertar e o

desenvolvimento de uma atitude científica do aluno, não está sendo cumprido [...]” (ELLWEIN, 2006, p.82). Os aspectos explanados acima “[...]fazem parte da farsa em que se transformou a pesquisa escolar. (ALMEIDA JUNIOR, 2006, p.102).

É por meio de políticas públicas que o governo pode criar ações que venham atender às demandas sociais. Contudo, precisamos compreender que o país tem muitas necessidades e isso provoca o nascimento de políticas públicas de Estado, mas elas acabam não prevalecendo por muito tempo, pois passam constantemente por processos de interrupção ou modificação. É claro que as mudanças no contexto social, econômico e político do Brasil inferem isso. Mas é necessário que o governo tenha mais compromisso em priorizar a formação de políticas educativas duradouras, planejadas e que passem por processos de avaliações. Desse modo, a esfera responsável pode identificar até que ponto elas estão sendo eficientes, atendendo o que elas se propuseram a resolver.

Vendo por esse lado, encontramos Cirino (2015, p.52) defendendo que as políticas públicas “[...] precisam inserir nas esferas de decisões as partes interessadas, que conhecem a realidade específica de cada área, a fim de apresentar potencial de eficácia e de sustentabilidade a partir do envolvimento dos diferentes setores”.

Ao longo dos últimos anos, várias ações foram criadas e implementadas pelo governo, como o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE), que, desde a sua origem, apresenta “[...] como característica básica a aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas e enciclopédias, além de outros materiais de apoio e de referência [...]” (CIRINO, 2015, p.63). De fato, o PNBE contemplou inúmeras escolas, alunos e professores, durante mais de dez anos, visto que o seu nascimento ocorreu na década de 1990, mais precisamente em 1997.

Nos últimos dois anos de sua existência (2013 - 2014), o PNBE conseguiu atender a um número bem alto de escolas e alunos. Assim, o Quadro 5 apresenta os últimos dados de atendimento do programa para que possamos elencar alguns questionamentos.

Quadro 5 – Programa Nacional de biblioteca na Escola

	Segmento de Ensino	Escolas Beneficiadas	Alunos Atendidos	Livros distribuídos	Investimento Total
2014	Educação Infantil Creche	32.820	1.731.572	4.209.150	17.730.630,46
	Educação Infantil Pré-escola	79.949	3.645.572	7.966.028	32.807.029,60
	Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	104.754	13.226.845	5.599.737	31.616.454,48

	Educação de jovens e adultos (EJA)	36.006	3.589.440	1.619.100	10.208.749,32
2013	Ensino Fundamental- 6º ao 9º ano	86.794	12.339.656	5.207.647	56.677.338,63
	Ensino Médio	36.981	8.780.436	2.218.884	29.704.045,58

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2013, 2014).

O Quadro 5 revela que os investimentos do governo foram bem elevados para “[...] promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência [...]” (BRASIL, 2018, Não paginado).

Todavia, o que chama a atenção é: como esses documentos recebem tratamento técnico se a maioria das escolas públicas não possui bibliotecários? Como acontece o processo de circulação (empréstimos, renovação e devolução) desses materiais? Será que o aluno consegue realmente ter acesso aos documentos? Em que espaços são colocados, visto que muitas instituições públicas não dispõem de bibliotecas, com boa infraestrutura e dentro dos padrões de conformidade? Como assegurar o objetivo do programa, que é incentivar a leitura e a pesquisa, consideradas duas dimensões pedagógicas da biblioteca escolar, se as escolas não possuem um profissional capacitado para promover o acesso e o uso dos documentos, que são enviados às escolas através do PNBE?

Diante desses questionamentos, compreendemos que “[...] tais iniciativas têm sua importância, mas são restritas, pois o fomento a serviços e à criação de locais que garantam oportunidades de acesso aos conhecimentos existentes nesses acervos não são estimulados [...]” (MONTEIRO, 2016, p.49). Nesse sentido, vale ressaltar que apenas o acervo não é suficiente se não houver a criação de espaços adequados.

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), em parceria com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), estão engajados na luta pela universalização das “bibliotecas escolares”. Esses conselhos estão se esforçando para que a educação possa usufruir de um espaço tão significativo como a “biblioteca escolar”. Apesar da Lei 12.244 de 2010 atribuir aos sistemas de ensino do país o desenvolvimento de esforços progressivos para que a universalização de bibliotecas escolares aconteça (BRASIL, 2010), observa-se que esses esforços estão presentes na atuação dos “Conselhos Federal e Regional”.

O Projeto Mobilizador “Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público” é resultado da união e do esforço do Conselho Federal e Regional de

Biblioteconomia. Trata-se de um projeto muito relevante, principalmente por destacar a importância da biblioteca escolar:

O Sistema CFB/CRB confia que a universalização da biblioteca na escola pública, inserida em um sistema de informação que atenda de forma coerente, consistente, não só o alunado, mas também os atores que operam na área educacional, fará a diferença no resgate e/ou na obtenção da qualidade do ensino e nos efeitos sobre os beneficiários, pois certamente se constituirá em um fator importante para avançar na busca do conhecimento e formação de mentes jovens mais preparadas e críticas. (BARBALHO, 2012, p.24).

O projeto realça a importância da biblioteca escolar, quando caracteriza o espaço como um mecanismo que contribui para a qualidade do ensino. Projetos desse nível são interessantes, inclusive para fortalecer as bibliotecas escolares e eliminar a ausência delas em muitas instituições de ensino do país. Elas precisam criar raízes no contexto educacional.

Além disso, o projeto mobilizador reforça que, na educação pública, o discente tem que ter à sua disposição uma biblioteca de acordo com o nível de ensino e com padrões de qualidade (BARBALHO, 2012). Portanto, verificamos dois pontos essenciais nesse contexto: a oferta de um serviço e a qualidade na prestação dele.

O “Projeto Mobilizador” é resultado das lutas da classe “bibliotecária”. Foi essa mobilização que contribuiu para a promulgação da Lei nº 12.244, em maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Essa lei representa uma perspectiva positiva para a biblioteca escolar (MONTEIRO, 2016)

Apesar das dificuldades que o país enfrenta, o governo nos últimos anos tentou criar alguns programas de fomento à leitura e ao livro. Além do Programa Nacional de Biblioteca na Escola, houve a criação da Lei nº 10.773, de 30 de outubro de 2003, que institui a “Política Nacional do Livro”. Logo, o capítulo 1, artigo 1º, inciso II, determina que “[...] o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, [...] e da melhoria da qualidade de vida [...]”. O inciso V aborda que a política visa “[...] promover e incentivar o hábito da leitura [...]” (BRASIL, 2003, Não paginado).

A redação da Lei nº 10.773 assinala aspectos bem relevantes, sobretudo quando reconhece que o livro é um suporte essencial para a difusão do conhecimento, colaborando para estimular a pesquisa científica. Por isso, ele transforma-se em uma excelente estratégia para a educação nacional, visto que pode elevar os índices das avaliações.

Outra iniciativa do governo é a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que, segundo Monteiro (2016, p. 47), ocorreu assim:

Em agosto de 2006, foi instituído, através da Portaria Interministerial – Ministério da Cultura e da Educação –, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), regulamentado

pela presidente Dilma Rouseff em 1º de setembro de 2011. O Plano traça diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil, particularmente à biblioteca e à formação de mediadores.

O plano regulamentado em 2006 sustenta na sua organização quatro eixos voltados ao fomento da leitura e do livro. Os eixos são: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e comunicação; desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, 2006).

O primeiro eixo pretende atuar tanto na implantação de novas bibliotecas como no fortalecimento da rede já existente. O segundo eixo, ao pontuar o fomento à leitura, inclui os bibliotecários como os mediadores dessa ação. O terceiro pretende criar uma consciência através das campanhas institucionais sobre o papel social da leitura e do livro no indivíduo. E o último colabora para o aprimoramento da cadeia produtiva do livro, atuando na distribuição e circulação (BRASIL, 2006).

Políticas como o PNLL são importantes porque:

Em uma avaliação sofisticada como o PISA, destaca-se ainda mais o péssimo desempenho dos alunos brasileiros, próximos do final da escolaridade obrigatória, revelando que não estão preparados para enfrentar os desafios do conhecimento nas complexas sociedades contemporâneas. Uma performance dessa natureza acarreta prejuízos de toda ordem. A baixa competência de leitura não apenas influi no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes como também, e até por isso, contribui decisivamente para ampliar o gigantesco fosso social existente em países como o Brasil, promovendo mais exclusão e menos cidadania (BRASIL, 2010, p. 17).

A criação de políticas que visem atuar na democratização da leitura e do livro é imprescindível para países como o Brasil, que enfrenta sérios problemas de desigualdade social. A leitura é um mecanismo favorável para a educação, a qual, por sua vez, incrementa os índices de desenvolvimento em todos os setores de qualquer país.

Muitas são as indagações, pois, quanto mais nos envolvemos com a pesquisa, mais dúvidas surgem. A cada instante, o objeto de pesquisa é mais explorado. Cada vez que exploramos, mais instigante é! “[...] Assim, quanto mais o homem busca, mais deverá buscar. Os “achados” de sua busca lhe exigirão novas buscas. E assim por diante” (SIMÕES JORGE, 1981, p. 52).

É nessas buscas que trabalhamos a consciência do indivíduo para indagar e analisar tudo o que o governo propõe aos indivíduos. Como já alertamos, as ações do governo em prol da sociedade é algo maravilhoso. As demandas sociais são muitas, como já mencionamos, por isso, não é conveniente para a sociedade deixar de lado as cobranças. O silêncio nem sempre é bom, ficar calado, às vezes, pode ser algo ruim também.

Em relação a isso, o autor Waldeck Carneiro da Silva (1995, p. 11), em sua obra “Miséria da biblioteca escolar”, realiza uma belíssima crítica sobre o posicionamento da sociedade quanto à biblioteca escolar:

O silêncio: essa talvez seja a palavra que melhor simboliza a situação real da biblioteca escolar no Brasil. Sem dúvida, a biblioteca escolar brasileira encontra-se sob o mais profundo silêncio; silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários. É realmente um silêncio quase sepulcral, que até faz sentido, pois a biblioteca escolar no Brasil está praticamente morta, faltando apenas enterrá-la.

Parece que todos estão agindo com indiferença em relação a biblioteca escolar no Brasil. É como se houvesse um sentimento de aversão por ela. O próprio sistema de ensino que controla e dita as regras educacionais, se cala para não serem cobrados. Isto vem acontecendo há anos, desde o seu nascimento que a biblioteca escolar neste país vem enfrentando sérios problemas.

Prosseguindo com as políticas públicas de incentivo à leitura e ao livro no Brasil, o governo lançou em 2017 o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Não podemos afirmar que se trata de um novo programa, uma vez que, o mesmo já existia, com o objetivo de distribuir livros didáticos para os estudantes da rede pública de ensino no país. De acordo com o Ministério da Educação, o que ocorreu foi a ampliação do programa, que agora adquiriu um novo formato (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o decreto 9.099 de 18 de julho de 2017, dispõe sobre a unificação das “[...] ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo PNLD e pelo PNBE [...]” (BRASIL, 2018). Pelo visto, o PNBE, foi mais um programa que também não resistiu por muito tempo.

Conforme o artigo 2º, inciso IV, do decreto 9.099, um dos objetivos do PNLD é “[...] fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes [...]” (BRASIL, 2017, Não paginado).

Inicialmente, tal objetivo causou-nos surpresa, pois eles traduzem as dimensões pedagógicas da biblioteca escolar, leitura e pesquisa. É até contraditório, pois, os programas fomentam isso, a legislação pontua também, entretanto, as bibliotecas escolares são deixadas de lado. Então, como trabalhar tais dimensões se a escola não dispõe de um espaço apropriado para estimular essas ações? Contudo, afirmo que só o espaço não é suficiente. É imprescindível a presença de um profissional, para gerenciar essas dimensões pedagógicas na biblioteca escolar.

Sendo assim, “[...] uma das maiores dificuldades das escolas era - e ainda é! - justamente a inexistência ou a precária existência de bibliotecas [...]” (SILVA, 1995, p. 47). Talvez, no fundo a elite tenha medo do poder que a biblioteca tem. Sem ela, a educação tende a piorar,

pois como desenvolver pesquisas nas escolas, se elas não oferecem possibilidades, como formar um aluno pesquisador, se ele não é estimulado a produzir. “[...] A biblioteca escolar deve fornecer a infra-estrutura bibliográfica, iconográfica e fonográfica para um currículo centrado na busca de conhecimentos [...]” (FONSECA, 1983, p.14). Certamente, a formação de acervos para as bibliotecas escolares é uma real necessidade.

Portanto, neste sentido, a biblioteca escolar é um direito da criança, do jovem e da família. É um direito de qualquer cidadão, independentemente de cor, raça, sexo, religião ou posição social. Educação de qualidade tem que ter bibliotecas escolares. Tem que ter orçamentos para a implementação e manutenção dos ambientes. E tem que ter bibliotecários como gestores destes espaços. Quando isto acontecer, a biblioteca escolar será reconstruída, uma vez que, nas escolas o que existe hoje, são ruínas de um espaço rejeitado pelos professores, alunos, gestores, governo, enfim, toda a sociedade.

No dia em que todos perceberem, que sem bibliotecas o ensino é limitado, que a sua ausência causa transtornos ao progresso educacional do educando, a reconstrução dela será possível.

3.1 O bibliotecário e a sua inter-relação com o docente nos projetos de pesquisa

Antes de discutir a proposta desta seção descrita no título acima, torna-se conveniente para nós a apresentação do bibliotecário em uma perspectiva legal, ou melhor, a regulamentação da sua profissão. É aceitável tal discussão, pois precisamos compreender o seu exercício profissional.

O bibliotecário é uma profissão regulamentada pela lei 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão e das suas atribuições (BRASIL, 1962, Não paginado.). Desta forma, tal legislação, atribui ao bibliotecário responsabilidades para com as bibliotecas. Assim, o bibliotecário é o profissional responsável pela execução das atividades de classificação e catalogação dos documentos, bem como a organização e direção das bibliotecas escolares.

Verificamos que é comum na sociedade outros profissionais como professores readaptados ou em fase de aposentadoria (PEREIRA, 2004) assumirem as bibliotecas nas escolas, mas, perante a legislação, o bibliotecário é quem deveria assumir estes espaços. Assumir não só para colocar os livros nas estantes. Neste caso, menciono algo maior, que vai além do seu fazer técnico, o seu trabalho educativo. Educar através da biblioteca, das suas dimensões pedagógicas, que inclusive já foram discutidas no estudo.

Esta é uma de suas responsabilidades sociais, lutar também pela educação de qualidade, visto que o seu papel é fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, talvez a maioria das pessoas desconheçam o que Almeida Junior (2006) chama de funções, atribuições, trabalhos, atividades, ações, ou seja, todo o fazer do bibliotecário. Fazer este que implica a organização técnica da biblioteca escolar. Porém, organizar o espaço não para o seu interesse próprio, mas para atender às necessidades do principal sujeito da biblioteca escolar, o aluno. Sem ele, o trabalho do bibliotecário não é interessante, visto que as informações são organizadas com o intuito de facilitar a sua recuperação, possibilitando assim o acesso e uso por parte dos estudantes.

Acredita-se que a partir dos meios relatados no parágrafo anterior, o bibliotecário na escola contribui para melhorar o desempenho dos alunos, ainda mais que, o acesso e uso das informações pelos educandos, visa a apropriação para a construção de conhecimentos. Entretanto, a participação do bibliotecário no processo de educação dos estudantes, parece ser dispensável. Ignoramos as suas competências, para colocar à disposição dos estudantes e de toda a comunidade escolar, os recursos informacionais necessários para a construção das suas ideias, questionamentos, debates, etc.

Nesse contexto, Caldin (2005) sustenta que o bibliotecário tem como responsabilidade ensinar os estudantes a pensar, refletir e questionar os saberes registrados nos livros. Portanto, a sua prática não é vazia, jamais poderá ser!

Todos os motivos até agora discutidos comprovam o quanto é interessante conhecer um pouco o fazer do bibliotecário, especialmente antes de abordarmos a sua interação com o professor.

Nesse sentido, Mueller, (1989) identifica as seguintes funções para o bibliotecário: a de preservação da cultura humana, a de educação e, por fim, a função do suporte ao estudo e à pesquisa. Olhando por esse lado, isso se aplica a toda e qualquer biblioteca. Todas essas funções são vitais para a biblioteca escolar, para a sua existência. Sem elas, o espaço enfraquece, perde toda a sua força, o seu sentido, fica incompleto. É a partir destas funções que o bibliotecário escolar tem que atuar, ele precisa ser consciente do seu papel, isto é:

O bibliotecário adequado é aquele que está em constante questionamento; é aquele que procura conhecer sua área de atuação; é aquele que tem consciência de que o usuário é seu fim último; que sabe que as informações com as quais lida não são neutras e imparciais; que está sempre procurando conhecer os motivos, o que há por trás de suas ações; é aquele que sabe que a informação é imprescindível para a formação do cidadão. O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social. (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 53-54).

O bibliotecário escolar pode ser assim como descreve Almeida Júnior (2006). O seu trabalho não é passivo, é de transformação, de lutas e de conquistas. A cada dia ele deverá lutar por um espaço na sociedade, na escola, na vida dos professores e dos alunos.

O bibliotecário atuando na biblioteca escolar, poderá fazer deste espaço um ambiente de educação. Isso mesmo! Falamos em educação, pois ela “[...] é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1996, p. 38). E o bibliotecário como um mediador das atividades pedagógicas da biblioteca escolar, tem competência para contribuir na formação de um aluno, com a capacidade de interferir na sua realidade.

Desta forma, ressaltamos que o bibliotecário pode intervir no processo de aprendizagem dos estudantes, indicando os materiais bibliográficos, orientando cada estudante em relação as potencialidades da biblioteca, ao uso do acervo, a preservação dos documentos, e mais ainda, preparar cada usuário a buscar de forma precisa, as informações que desejam ou precisam. Então, “Percebe-se que o bibliotecário escolar é um mediador de informações entre alunos e suas necessidades e, acima de tudo, permite que esses alunos construam conhecimento através de sua mediação [...]” (FERREIRA; SANTOS NETO, 2016, p.6).

Diante disso, Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p.101) defendem que:

A mediação da informação não é passiva, é uma ação de interferência, acompanha todo o fazer do bibliotecário, ainda que indireta e inconscientemente. Ela não é neutra, não pode ser imparcial, o bibliotecário deve assumir seu papel e não simplesmente esperar que os usuários busquem a informação somente ao se depararem com uma necessidade informacional.

A mediação é uma atividade muito importante para o bibliotecário, assim como todas as demais (organização do acervo, gerenciamento da biblioteca, dentre outras). Ela faz parte de todo o seu fazer. O seu conhecimento tem que ser a favor da comunidade escolar, dos professores, dos alunos e de todos que compõe o universo da educação. Hoje, o usuário tem que se apropriar da informação, e o bibliotecário, tem que mediar essa interação.

Almeida Junior e Santos Neto (2014), ainda afirmam no seu estudo sobre a “Mediação da informação e a organização do conhecimento”, que a mediação do bibliotecário acontece de duas formas. A primeira é implícita, e compreende desde a seleção dos documentos para compor o acervo da biblioteca, o processo de catalogação e classificação dos materiais, até o planejamento das demais ações do espaço. E a segunda acontece de maneira explícita, ou seja, podemos citar a mediação do bibliotecário nos Serviços de Referência, na contação de histórias, nas atividades de leitura e orientação dos projetos de pesquisa dos estudantes. Para eles, a mediação ocorre tanto com ou sem a presença do usuário.

Evidentemente, por fazer parte de todas as ações da biblioteca, a mediação tornou-se essencial para estreitar os laços entre a comunidade escolar e o bibliotecário. Ademais, a aproximação entre o professor e o bibliotecário, é extremamente importante para as ações pedagógicas da biblioteca escolar. A comunicação entre eles tem que existir. O bibliotecário tem que ficar ciente das necessidades do educador, pois só assim, o mesmo poderá criar mecanismos e estratégias que visem auxiliar o seu planejamento escolar:

[...] a participação do bibliotecário escolar no planejamento didático do professor é outra atribuição de cunho educativo daquele profissional. Ciente do planejamento escolar conhecerá os conteúdos que serão explorados e, assim, poderá orientar com maior objetividade e eficácia a inserção da biblioteca no ensino/aprendizagem. Por outro lado, conhecendo tais conteúdos, o bibliotecário poderá apresentar ao professor as possibilidades informativas da biblioteca escolar com relação à disciplina que irá lecionar. Dessa forma, o professor planejará, com mais segurança, o envolvimento da biblioteca escolar no seu planejamento pedagógico. (SILVA, W.,1995, p.76-77).

Sem essa interação entre professor e bibliotecário, o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes pode ser prejudicado. Por este motivo, ao desenvolverem os seus trabalhos, o propósito de ambos tem que ser, o sucesso dos estudantes. Ainda mais que, a integração das suas atividades possibilita por exemplo, o êxito de uma dimensão pedagógica da escola e da biblioteca, a pesquisa escolar.

A pesquisa deve ser construída com a participação do professor e do bibliotecário, provavelmente alcançará um resultado bem satisfatório, pois esta colaboração irá promover uma direção melhor para o aluno quanto ao escopo da pesquisa. O bibliotecário trabalha com a busca de informações em qualquer suporte. Ele pode orientar o aluno em relação quais as fontes são confiáveis. Enfim, tudo isto é importante em uma pesquisa.

Levando em conta tais aspectos, compreende-se que:

No processo da pesquisa escolar destacam-se dois atores [...]: o professor e o aluno. Para completar o cenário, surge um novo personagem, o bibliotecário, com a função de orientar os dois primeiros na utilização adequada dos recursos [...] no processo da busca da informação e da aquisição do conhecimento através da pesquisa [...] (MORO; ESTABEL, 2004, p. 55).

Compreende-se que a presença do bibliotecário é primordial para que os alunos busquem de forma clara e precisa, as fontes bibliográficas que irão constituir a pesquisa. Nestes termos, “[...] A função educativa do bibliotecário sugere que ele é o profissional preparado para auxiliar os estudantes a localizar, selecionar, usar e avaliar a informação” (FIALHO, 2013, p. 15).

Compreende-se como fundamental para o estudante, que a pesquisa esteja vinculada em todos os estágios da educação básica, desde o ensino fundamental, até o ensino médio. Se queremos formar um aluno pesquisador, ela não pode ser anulada da vida do educando. Anular é o mesmo que tirar do aluno o direito de:

Estudar com independência, planejar, conviver e interagir em grupo, aceitar as opiniões dos outros, usar adequadamente a biblioteca, utilizar as fontes de consulta, desenvolver o pensamento crítico e o gosto pela leitura, adquirir autonomia no processo de conhecimento, aprender a trabalhar colaborativa e cooperativamente, entre outros. (MORO; ESTABEL, 2004, p. 53).

Isto tudo, de acordo com as autoras acima, são princípios da pesquisa. Agora, considerem um aluno sem a perspectiva da pesquisa na sua formação básica. Sem ter acesso, sem ter concepção sobre o que de fato é pesquisar. Inquestionavelmente, viver uma educação assim, é o mesmo que viver na escuridão, sem luz. A luz neste momento, seria a pesquisa na escola. Ela levaria cada estudante ao paraíso das ideias, do saber. Saber que a cada dia, semana e mês, seria transformado em novos conhecimentos. E conhecimento, nunca é demais. O homem nunca conseguirá dizer, “estamos fartos de conhecimento”, pelo contrário, o tempo todo temos a necessidade de buscá-lo. Essa busca, de forma nenhuma será preenchida, o vazio sempre vai existir dentre de nós. Sendo que é esta lacuna, que nos levar e ainda vai continuar nos levando, por muito tempo a procura de novas descobertas.

O bibliotecário pode contribuir para transformar a vida do aluno na escola. A sua atuação com o professor, é capaz de construir cidadãos conscientes das suas responsabilidades e dos seus direitos na sociedade.

Portanto, hoje, o bibliotecário escolar é o profissional “[...] responsável pelo espaço de aprendizagem físico e digital da escola, onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o ensino e a aprendizagem [...]” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p. 30).

O trabalho do bibliotecário associado ao do professor, poderá levar os alunos a superar as suas dificuldades, uma vez que, o espaço gerenciado por este profissional, é responsável por levar aos educandos, a investigação. Desta forma, o bibliotecário é o responsável por oportunizar isso aos alunos. Deixa-se claro para todos, que decorar as coisas já não é mais eficaz neste novo momento da sociedade, tanto nacional, quanto internacional, sendo que ambos prezam por uma educação edificada no princípio da criticidade, isto é evidente até na nossa própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a LDB. Inclusive, até o próprio Conselho Nacional de Educação em sua “RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010”, define no seu capítulo I- Etapas da educação básica, Seção III - referente ao Ensino Médio, artigo 26, inciso IV, parágrafo § 1º que:

§ 1º O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e

tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural. (BRASIL, 2010, Não paginado).

O ensino médio é a última etapa para o estudante da educação básica. No entanto, cada educando ao concluir esta etapa, pode opinar se deseja prosseguir com os seus estudos ou não. Caso a resposta seja afirmativa para estes alunos, eles irão adentrar em um novo espaço de educação. Um espaço que exige muito debate, questionamentos e reflexão. É assim nas universidades públicas do país. Elas trabalham com o tripé, ensino, pesquisa e extensão. Por isto, é essencial que o aluno tenha muito contato com a pesquisa ainda no ensino médio, haja vista que ela possibilita autonomia e crescimento para os educandos. Ela pode propiciar a todos, uma verdadeira construção de conhecimentos.

Somente através da pesquisa na escola é possível a formação da consciência crítica do jovem, pois “A pesquisa escolar contribui para propiciar que o conceito espontâneo abra caminho para o conceito científico [...]” (MORO; ESTABEL, 2004, p. 59).

O discurso aqui é em defesa de uma pesquisa com qualidade, que foge da superficialidade, pois “[...] Muitas vezes banalizamos o sentido da pesquisa, reduzindo-a atividade qualquer, já reprodutiva. Por isso, é fundamental não perder de vista seu traço de questionamento reconstrutivo” (DEMO, 2004, p.14).

Assim sendo, o que podemos inferir, é que na maioria dos casos, os educandos sentem obstáculos para produzir os seus argumentos, opiniões e julgamentos, quanto aos assuntos que são propostos até numa simples redação de vestibular.

Esse aluno que cursa o ensino médio hoje, é o mesmo que amanhã estará ocupando uma das vagas oferecidas pelas diversas universidades estaduais ou federais do país. Universidades que como já foi dito anteriormente, possui o ensino fundamentado nas práticas de pesquisa. Com isso, questiona-se: Será que os estudantes do ensino médio, ainda não tem capacidade para fazer uso do poder do argumento em suas produções?

Pelo visto, argumentar tornou-se um verdadeiro desafio para todos, porventura, calar e aceitar tudo, pode ser mais fácil para muitos. A elite deseja isso. Eles estabelecem as regras, que nem sempre beneficiam o todo, mas apenas alguns. A falta de conhecimento, de informações, cala o homem, se ele não conhece, não busca, não procura respostas, se conforma com a situação gerenciada pelo sistema que atualmente impera entre nós.

Buscando entender melhor, a questão da relevância do argumento nas produções dos discentes, recorreremos ao trabalho de Demo (2004, p.18), que fundamenta muito bem a arte de argumentar:

Argumentar é pesquisar; implica dizer que o bom argumento é fruto de processo incansável de busca, nunca se acomodando no conhecimento vigente e disponível;

pesquisar supõe rever o conhecimento existente, colocar novas perguntas e dúvidas, abalar o que está estabelecido, procurar novas fundações e fundamentações; não pode ser gesto repetitivo, reprodutivo, não transmite, reproduz, mas se constrói, faz; pesquisa é a estratégia básica da fabricação do conhecimento, usada para desbravar fronteiras, brandir métodos e técnicas, desdobrar a aventura do saber, [...]; neste sentido, pesquisamos para termos argumentos cada vez melhores, mais bem fundados e comunicados.

Argumentar é sempre algo muito válido para a formação de qualquer cidadão. A sua construção enquanto sujeito pensante, só pode ocorrer pelo caminho da pesquisa, do raciocínio.

Desta forma, será que compete apenas aos professores universitários trabalharem esse vácuo deixado na educação básica (ensino médio) pelos educadores, que muitas vezes acabam desassociando a pesquisa do ensino, ou provavelmente deixam de trabalhar com mais exigência e rigor neste processo, por acharem que os discentes ainda não têm capacidade ou amadurecimento suficiente para caminharem pelo mundo científico?

Conforme Portilho e Almeida (2008, p. 485) “[...] os professores parecem acreditar que é possível construir conhecimento através da pesquisa, porém, muitas vezes, não sabem como trabalhar adequadamente com esta metodologia [...]”. Bem aí, entra o trabalho interdisciplinar, o processo de colaboração entre professor e bibliotecário. Colaboração que objetiva a formação de um discente pesquisador.

E como “[...] o aluno não nasceu um pesquisador; compete a eles incentivarem a ideia de investigação ensinando e apresentando os instrumentos necessários [...]” (PEREIRA, 2004, p. 10). Por essa razão, recomenda-se para os alunos do ensino médio, que os projetos de pesquisa antecedam a execução de suas pesquisas. Tal trajetória, sucede de forma plausível a participação do bibliotecário na elaboração dos projetos de pesquisa, ainda mais que, cada etapa é definida para não prejudicar o resultado da pesquisa. É a partir dele, que o estudante pesquisador poderá definir com mais clareza os caminhos que o levarão a novas descobertas. Um planejamento deste nível, sendo executado desde cedo, é viável para o processo de construção de um aluno pesquisador.

Nessa experiência Ulhôa (2008), destaca em seu estudo a criação da disciplina de Metodologia de Pesquisa para os alunos do ensino médio do Colégio São Domingos, localizado no estado de São Paulo. De acordo com a sua pesquisa, tal atitude para a coordenadora da escola, visa permitir aos estudantes a elaboração de pesquisas com mais qualidade. Iniciativas assim, são sempre bem-vindas, pois geralmente os alunos só conhecem essa disciplina nos cursos de nível superior.

Considerando os aspectos acima, Pereira (2004, p.13) problematiza muito bem a real situação dos nossos alunos em seu discurso:

A dificuldade atual em que se encontram os alunos face à realização de trabalhos de pesquisa, comprova a necessidade de existirem profissionais habilitados, em bibliotecas escolares, pois somente eles são capazes de estimular a prática de pesquisa de maneira adequada.

Cada profissional tem as suas competências, a sua área de domínio, contudo a troca de ideias, de informações, de conhecimentos entre eles, é muito favorável para a realização de projetos mais eficientes. E o bibliotecário, é um profissional muito apto para trabalhar com a informação em todos os suportes. Lembrando que hoje informação é tudo. Então, a união entre eles, professor e bibliotecário, a cada dia passa a ser mais valorizada. Pelo menos deveria ser!

A informação transformou-se em um insumo para todas as pessoas que desejam se destacar em diferentes setores da vida. E como hoje temos uma movimentação muito grande de informações, o ideal mediante isso, é que o aluno venha contar com a presença do bibliotecário, para orientá-lo nestes aspectos.

Compreende-se, que cada aluno tem as suas dificuldades, a sua cognição, percepção, por isso o bibliotecário tem que respeitar as diferenças que existem em cada ser, haja vista que cada um de nós, tem as suas particularidades.

O bibliotecário tem capacidade para contribuir na formação de alunos com competência informacional. É isso que as organizações desejam hoje, um indivíduo assim, com estas competências, audacioso, atualizado. Cabe ao professor e bibliotecário, unirem-se para formarem cidadãos assim. É responsabilidades deles, a preparação do aluno para viver todos os aspectos da vida. O professor não deve ter medo ou receio do bibliotecário, ele não está ali para atrapalhar o seu trabalho, pelo contrário, ele só tem a ajudá-lo, deixando as aulas mais instigantes, levando novas informações para serem debatidas em sala de aula, disponibilizando o espaço da biblioteca escolar para cada membro da escola, permitindo que cada um tenha a sensação de pertencimento em relação a unidade de informação.

Essa sensação de pertencimento é ótima para os professores e alunos. Ela permite que o olhar deles em relação ao espaço seja repensado e transformado, ganhando um novo enfoque. A biblioteca escolar tem que ter significação para os estudantes, professores, coordenadores pedagógicos e gestores. Os próprios bibliotecários também carecem dessa conscientização.

Realmente, a conscientização é importante para a mudança de comportamento, de ações, de hábitos. É justamente essa alteração de atitude por parte dos bibliotecários que Muller, M. (1990, p. 16), espera ao fazer tal crítica:

[...] Na verdade o que se constata é que biblioteca e bibliotecários, em sua maioria, teimam, em manter à tona a velha atitude de encarar o conhecimento como algo pronto a ser adquirido, consumido e reproduzido. Esquecendo-se (ou ignorando?!) que o conhecimento se transferido ao homem como coisa acabada, definitiva e como

verdade inquestionável é, de fato, um componente alienante e esterilizador da criatividade. E, por isso mesmo, escraviza em vez de libertar.

Observa-se que o conhecimento é algo valioso, portanto, os bibliotecários necessitam compreender que ele pode provocar grandes transformações no homem, tanto de uma forma positiva, quanto negativa, ao mesmo tempo que ele pode ocasionar o resgate do homem através da emancipação, ele pode leva-lo a serventia.

O conhecimento na sociedade contemporânea, é uma necessidade e uma ambição para o homem. Todavia, é a elite que até hoje mais cobiça isso, pois o seu objetivo é manter os indivíduos a todo e qualquer custo sobre as suas amarras. Penso que todas estas proposições, explicam a tamanha falta de preocupação com a educação, com a ausência dos bibliotecários e das bibliotecas escolares:

[...] E não precisa ser nenhum especialista em educação brasileira para perceber que a escola pública, neste país, vem sendo tratada, nas últimas décadas, como filha bastarda do sistema que a gerou e que agora a renega. A ela tem sido negados os recursos mais elementares, como aqueles destinados à manutenção dos prédios escolares, por exemplo. Neste contexto, à biblioteca escolar nada ou quase nada tem sido oferecido, de tal forma que, na maioria das vezes, ela é um reflexo piorado da situação da escola e do parêntese escolar. (SILVA,1995, p. 71).

É evidente, que não podemos falar de biblioteca escolar, sem falar de escolas, ao mesmo tempo, não podemos falar de bibliotecários, sem relacionar com educação. Infelizmente, de 1995, época do estudo de Silva, W., para 2018, pouca coisa mudou. Continuamos sem bibliotecas escolares e sem bibliotecários. As dimensões pedagógicas deste espaço, não são exploradas de maneira que venha a potencializar a educação dos diversos filhos das camadas populares, que dependem de uma educação pública. O que visualizamos, é que as bibliotecas escolares, “[...] apesar de constituir-se em uma das mais antigas bibliotecas brasileiras, não possui um espaço definitivamente consolidado em nossa sociedade, lutando ainda pelo reconhecimento de seu valor e importância” (CORRÊA; SOUZA, 2004, p.2).

Quanto ao bibliotecário, a sua situação também é difícil. E o pior é que:

O movimento associativo de bibliotecários é frágil no Brasil. Embora a maioria dos Estados conte com uma associação, elas são pouco ativas, desenvolvendo ações esparsas e que pouco impacto têm no aperfeiçoamento da classe ou das bibliotecas. (CAMPELLO, 2015, p. 17).

A luta estabelecida por qualquer profissão, é um mecanismo que pode promover inúmeras mudanças a favor da classe. De certa maneira, é por meio de lutas que a profissão não fique escondida ou esquecida no meio social. O profissional tem que aparecer, tem que se mostrar para a sociedade, que o seu fazer é tão importante, como todos os demais que fazem parte do nosso meio social, cada ser tem a sua responsabilidade neste sistema, cada ofício ao

ser executado contribui para o progresso geral da nação. São as lutas que permitem a criação de direitos para cada profissão. É ela que viabiliza a formação de profissionais bem fortes.

Enfim, “Se a criança e o adolescente têm direito à educação, é a uma educação completa, integral na sua capacidade formativa. Portanto, para a educação ser completa deve haver biblioteca escolar, por ser parte inerente da estrutura educacional [...]” (SILVA; SIRQUEIRA, 2014, p. 46).

A pesquisa na escola é um direito do aluno. Democratizar isto é fundamental. É responsabilidade pedagógica do professor e bibliotecário, a preparação do aluno para o desenvolvimento de aptidões de cunho científico.

Nesse sentido, o bibliotecário é uma profissional indispensável para colaborar em todas as ações dos professores, principalmente as que envolvem pesquisas. Assim, constata-se que o bibliotecário em um trabalho integrado com o professor, irá fornecer todos os subsídios para a realização das pesquisas na escola. Sendo assim, percebe-se que o trabalho do bibliotecário não pode ser substituído por outras pessoas como verificamos em muitas instituições de ensino, pessoas sem competência acabam ocupando o lugar do profissional da informação. E com isso, quem fica prejudicado é o aluno, que fica à mercê de pessoas totalmente despreparadas e sem qualificação para o desempenho da função.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

O contexto histórico do Instituto Federal do Maranhão tem início no século XX. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, instituiu a criação das “[...] Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados. Elas surgiram com o intuito de proporcionar às classes economicamente desfavorecidas uma educação voltada para o trabalho [...]” (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, Não paginado).

Em 16 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão é criada em São Luís. Devido às várias mudanças educacionais, em 1937, a escola passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Luís. No entanto, em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro do respectivo ano, criam-se as Escolas Técnicas Industriais. E nestas circunstâncias o Liceu industrial de São Luís passa a se chamar Escola Técnica Federal de São Luís (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, Não paginado).

Mas com a ditadura militar e as alterações da LDB, que instituiu a profissionalização compulsória, ou seja, o ensino médio (na época segundo grau) adquiriu um aspecto profissional, o que contribuiu para que a Escola Técnica Federal de São Luís, se transformasse na Escola Técnica Federal do Maranhão, conforme figura 1, no ano de 1965 por meio da Portaria nº 239/65 e seguindo a disposição da Lei nº 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, Não paginado).

Figura 1 - Imagem fotográfica da Escola Técnica Federal do Maranhão



Fonte: Instituto Federal do Maranhão [20--].

Com a Lei nº 7.863, de 31 de outubro de 1989, a Escola Técnica Federal do Maranhão passou por transformações, gerando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA). A partir dessa alteração, a instituição foi ampliada e ganhou competência para oferecer cursos de graduação e pós-graduação. Tal aspecto favoreceu o crescimento do sistema,

que necessitou de uma reorganização, a qual culminou na criação, em 2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Atualmente, o IFMA possui vários campi, em diversas cidades maranhenses, e oferece cursos de nível básico, técnico, graduação e pós-graduação. Sua missão é “[...] promover educação profissional científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável” (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, Não paginado).

O campus do IFMA localizado no bairro do Monte Castelo, possui uma biblioteca para atender toda a sua comunidade, desde a educação básica até a graduação e pós-graduação. O seu acervo possui 20.433 exemplares de livros, 185 exemplares de obras de referência, 77 exemplares de multimeios e 1.462 exemplares de obras literárias. (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, não paginado). É por meio deste acervo que a Biblioteca Tebyreça de Oliveira, atende as necessidades informacionais dos seus usuários, ver figura 2.

Figura 2 - Imagem fotográfica da Biblioteca Tebyreça de Oliveira



Fonte: Instituto Federal do Maranhão (2015)

Neste sentido, apresentamos os dados obtidos na pesquisa de campo. Todas as informações apresentadas nos Quadros 6, 7 e 8, foram constituídas a partir da coleta de dados com os dez sujeitos que participaram da pesquisa de campo. As categorias investigadas foram três, bibliotecário, professor e aluno. A discussão exigiu a participação de cada ator, por isso, enfatizamos que cada objeto investigado foi interessante para compreendermos a temática abordada no estudo.

A bibliotecária respondeu um questionário³ com dez perguntas. O questionário foi entregue no dia 28 de novembro e recebido no mesmo dia, no local em que está desempenha as

³ O questionário foi a técnica de coleta de dados utilizada para todos os sujeitos que participaram da pesquisa. Sua escolha ocorreu mediante a existência de alguns problemas no campo.

suas funções. Os três professores responderam um questionário composto por oito perguntas, que foi entregue via e-mail e recebido pelo mesmo canal. O *e-mail* dos professores foi solicitado na Coordenação de Assuntos Estudantis do Instituto Federal do Maranhão. Quanto aos alunos, os questionários com doze perguntas, foram aplicados na instituição com os seis discentes que participam do grupo de pesquisa, “Leitura e produção de textos científicos”. Todos os educandos que cooperaram com o levantamento de dados, estão inseridos no 2º ano do Ensino Médio.

O grupo de pesquisa constituído por 6 discentes faz parte do programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio, PIBIC. Segundo o Currículo Lattes do orientador do projeto, este tem como “[...] objetivo incentivar o hábito da leitura e estimular a busca e a produção de conhecimentos através da interpretação de textos científicos [...]” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2018, Não paginado).

Primeiramente, realizamos uma breve apresentação da bibliotecária do IFMA. Esta possui Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2006). Especialização em Docência e Pesquisa do Ensino Superior pela Faculdade São Luís (2008-2010). É Chefe da Biblioteca Tebyreçade Oliveira do Instituto Federal do Maranhão, Campus Monte Castelo. Atua como docente da Disciplina de Metodologia do Trabalho Científico no ensino técnico, na graduação e especialização. É docente também da disciplina Gestão de Documentos na modalidade EaD. Ressalta-se que todos os dados foram retirados do Currículo Lattes da Bibliotecária. (BRASIL, 2015, não paginado).

O Quadro 6 apresenta a visão da bibliotecária em relação as categorias elencadas no instrumento de pesquisa.

Quadro 6 – Participação da Bibliotecária

(Continua)

1- Tempo de trabalho na instituição	<i>10 anos</i>
2- Mecanismos utilizados para aproximar a biblioteca do corpo discente e docente	<i>Atualmente além da divulgação no início do período letivo, não temos programas e ações voltadas para essa aproximação</i>
3- Dificuldades para se comunicar com os professores	<i>Sim</i>
4- Colaboração do bibliotecário na elaboração de atividades pedagógicas	<i>Sim, é possível juntamente com os professores</i>

(Conclusão)

5- Participação do bibliotecário no planejamento escolar como forma de contribuir para o desenvolvimento das atividades da biblioteca	<i>É interessante que o bibliotecário participe, pois ele conhece o acervo e conhece práticas de mediação do conhecimento, o que pode ajudar os alunos</i>
6- A biblioteca está inserida no Projeto Pedagógico da escola	<i>Sim</i>
7- Trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração dos projetos de pesquisa com os estudantes do ensino médio pode ser viável	<i>Sim. Um trabalho em conjunto possibilita identificar as necessidades informacionais dos alunos</i>
8- Como ocorre o processo de mediação da pesquisa na biblioteca	<i>Atualmente sabemos que a biblioteca poderia fazer mais, entretanto, hoje apenas nos colocamos à disposição dos alunos para orientá-los nas pesquisas.</i>
9- Estratégias utilizadas na biblioteca para despertar nos alunos o gosto pela investigação	<i>No momento não estamos fazendo nada</i>
10- O bibliotecário é capaz de colaborar para a formação de um discente pesquisador	<i>Sim. Orientando no acesso à informação</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado com a Bibliotecária (2018).

A discussão iniciada pela pesquisadora com a bibliotecária da Biblioteca Tybericha de Oliveira do Instituto Federal do Maranhão, nos revela aspectos bem interessante sobre o seu papel, e a sua atuação no espaço. Ela já é uma bibliotecária bem experiente, podemos inferir isto através do seu tempo de atuação na instituição, que segundo ela já contabiliza 10 anos, portanto, compreende-se que ela deve conhecer muito bem a instituição, as suas regras, o seu projeto pedagógico, os cursos oferecidos, as necessidades da biblioteca, e o processo de seleção e aquisição do acervo. Além do mais, de acordo com o seu Currículo Lattes (2015), ela tem Especialização em Docência e Pesquisa no Ensino Superior, atuando como docente não só na graduação como no médio integrado ao técnico.

De acordo com a bibliotecária, no início do ano letivo para aproximar o corpo docente e discente da biblioteca, é realizado um trabalho de divulgação. Aspecto bem interessante, visto que no início de cada ano letivo, a instituição sempre recebe os novos alunos aprovados por meio de processo seletivo. E como estes não conhecem a biblioteca, o acervo e as suas potencialidades, é conveniente a realização de uma boa recepção, para que estes se sintam integrados ao espaço. É um trabalho de educação, que o bibliotecário desenvolve.

Como observa-se que o sujeito investigado tem dificuldades para se comunicar com os professores, deduz-se que as limitações em relação ao desenvolvimento de mais ações ou programas voltados para a aproximação do corpo docente e discente no decorrer do ano, pode estar atrelado a isso.

A bibliotecária apresenta uma visão muito positiva, quando pontua que acredita no “potencial do bibliotecário”, em relação a elaboração de atividades pedagógicas. A visão defendida por ela é importante, pois o bibliotecário pode atuar na formação de leitores, orientar na busca e seleção de informações etc. Isto é o trabalho pedagógico dele.

Observa-se que ela visualiza o trabalho educativo do bibliotecário, quando defende que este profissional conhece práticas de mediação da informação. E justamente por conhecer o acervo, é interessante que venha participar do planejamento escolar como forma de contribuir para o desenvolvimento das atividades da biblioteca.

Visualizamos que a bibliotecária acreditar em um trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração dos projetos de pesquisa com os estudantes do ensino médio, visto que facilitaria na identificação das necessidades informacionais dos alunos. Contudo, verifica-se que ela apenas tem se colocado à disposição dos alunos para orientá-los nas pesquisas. Entretanto, é agradável constatar que ela reconhece que a biblioteca poderia fazer muito mais por estes educandos. Inclusive, não foi possível compreender as razões ou os entraves que estão impossibilitando a elaboração de estratégias para despertar nos alunos o gosto pela investigação. Apesar da pergunta ter uma dimensão aberta e fechada, pois solicitamos que justificasse ao responder, ela preferiu somente afirmar que no momento não está sendo realizado nada para atingir este propósito.

Mas, um dado bem forte e interessante revelado com a pesquisa, é a participação da biblioteca no Projeto Pedagógico da escola. E isto é bom para o desenvolvimento de ações no espaço, ainda mais que a partir deste documento a escola pode traçar as suas metas, objetivos, isto é, ele determinar aonde a escola está e qual é o lugar que pretende chegar. Por este motivo, é importante a inserção da biblioteca no documento, pois ela precisa cumprir com os objetivos e metas determinados no Projeto Pedagógico. A biblioteca precisa caminhar junto com a instituição. Inclusive, verificamos que a bibliotecária participa do planejamento da instituição.

Existe a necessidade de a biblioteca escolar ser inserida no projeto pedagógico da escola, haja vista que este espaço pode instigar o trabalho interdisciplinar e a ampliação do conhecimento dos alunos para além dos conteúdos discutidos em sala de aula pelos professores (GONZAGA, 2017).

A seguir, o Quadro 7, aborda a concepção dos professores em relação a alguns questionamentos discutidos na pesquisa.

Quadro 7 – Participação do Professor

(Continua)

1- Aprendizado dos alunos a partir do ensino com a pesquisa	
Professor A	<i>Acho que a partir da pesquisa, o aluno aprende mais, pois se torna autônomo na busca do conhecimento e na aplicação de soluções para problemas reais da comunidade, seja comunidade científica ou da sociedade em geral.</i>
Professor B	<i>Sim, pois através da pesquisa o aluno consegue pensar, analisar, o que contribui para a sua aprendizagem.</i>
Professor C	<i>Sim, a pesquisa contribui para a criticidade do aluno</i>
2- Estratégias utilizadas para despertar nos alunos o gosto pela prática da pesquisa	
Professor A	<i>Apresentar como os conhecimentos vistos em sala de aula podem solucionar problemas reais; Trazer soluções já utilizadas fora do meio acadêmico para a sala de aula; Fomentar a participação em comunidades externas à escola: podem ser ONGS, startups ou outros tipos de ecossistemas que façam com que os alunos sejam apresentados a problemas que podem ser solucionados com pesquisa.</i>
Professor B	<i>Desenvolvo projetos de pesquisa que inserem os alunos do ensino médio no universo da pesquisa e dentro da área de estudo de interesse deles.</i>
Professor C	<i>Na área de química o interesse dos alunos é pela parte experimental. Então, esta é a estratégia.</i>
3- Métodos utilizados para sanar as dificuldades dos alunos em relação a elaboração de projetos de pesquisa	
Professor A	<i>Realmente os alunos sentem dificuldades em relação a elaboração de projetos de pesquisa, eles não foram acostumados no ensino fundamental a fazer pesquisa, não sabem como começar, quais passos seguir, e a melhor forma de ajudá-los é com uma construção de projetos de pesquisa e orientação constante.</i>
Professor B	<i>Não vejo tantas dificuldades por parte dos alunos do IFMA em relação ao desenvolvimento de pesquisas, tendo em vista que eles têm orientação necessária para desenvolvê-los. Os professores dão as instruções e os acompanhamentos necessários para a realização dos projetos. O acompanhamento é constante, eles têm muita orientação.</i>
Professor C	<i>Não. As que aparecem são sanadas com uma orientação mais presencial</i>

(Continuação)

4- Importância de habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica aos alunos do ensino médio	
Professor A	<i>É importante sim. Acho que a participação nas atividades extra-classe pode entrar aqui também, além de oficinas e workshops.</i>
Professor B	<i>Sim, é importante sem dúvidas, hoje é essencial</i>
Professor C	<i>Sim, é essencial</i>
5- O desenvolvimento de pesquisas científicas no ensino médio consegue despertar no aluno o desenvolvimento de uma atitude científica	
Professor A	<i>No IFMA, nos últimos anos a pesquisa tem alcançado também os alunos do ensino médio. Apesar de uma parte dos alunos ser motivada pela bolsa de incentivo financeiro, eu vejo as aulas como o maior trunfo para despertar no aluno o gosto pela pesquisa. As aulas, a didática, os exemplos da vida real apresentados em sala, e as atividades extra curriculares também: participação de jornadas acadêmicas, seminários, cursos de extensão.</i>
Professor B	<i>Com certeza, sim. Não devemos subestimar a capacidade intelectual e científica dos alunos. Todos são capazes desde que devidamente orientados.</i>
Professor C	<i>Com certeza. Mais devem ser direcionadas para o nível deles observando sempre a organização do tempo na realização das atividades.</i>
6- Utilização da biblioteca para o desenvolvimento de pesquisas.	
Professor A	<i>Como a minha área é tecnologia, eu utilizo mais recursos tecnológicos que algumas vezes não encontramos na biblioteca, como placas de automação para construção de protótipos. Neste sentido, acho que a biblioteca precisa de uma atualização acelerada e constante.</i>
Professor B	<i>Utilizamos sim todos os recursos (livros, trabalhos científicos) disponibilizados na biblioteca, porém a biblioteca não consegue suprir as nossas necessidades informacionais, e nem sempre tem todos os recursos necessários para desenvolver as pesquisas.</i>
Professor C	<i>Sim, utilizamos para desenvolver as pesquisas. Sempre incentivo os alunos a utilizarem. Quando a biblioteca não consegue suprir as necessidades utilizamos outros meios.</i>

(Conclusão)

7- Visão sobre um trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração de projetos de pesquisa com os estudantes do ensino médio	
Professor A	<i>É viável sim. Creio que no tocante a material bibliográfico e audiovisual seja viável.</i>
Professor B	<i>Sim, é importante a parceria</i>
Professor C	<i>Sim</i>
8- Concepção sobre o papel da escola tradição em ficar se limitando a formar alunos para dominar determinados conteúdos e não alunos que saibam pensar, refletir, propor soluções sobre problemas e questões atuais, trabalhar e cooperar uns com os outros.	
Professor A	<i>Eu considero que tudo parte do Projeto Pedagógico da escola e dos Planos de cada curso, caso estes documentos sejam feitos colaborativamente com professores, pais, alunos e conhecendo-se a realidade social e de mercado de trabalho, vejo uma situação que vai além dos conteúdos. A realidade que vivi nos últimos anos na escola é positiva no sentido de pensamento, reflexão e colaboração</i>
Professor B	<i>No IFMA, nosso aluno é levado a ter um comportamento de pesquisador, portanto, são alunos que pensam, refletem e sabem resolver os problemas surgidos. É uma escola que se preocupa com a formação integral do educando, e isso não inclui só conteúdo, mas acima de tudo bom senso e discernimento para desenvolver as tarefas que lhe são apresentadas.</i>
Professor C	<i>O conteúdo tradicional sempre vai ser passado. Mas nos dias atuais deve interagir com outros temas buscando sempre a formação de um pensamento crítico do educando.</i>

Fonte: Elaborado pela a autora com base no questionário aplicado com os professores (2018)

A participação dos três professores do Instituto Federal do Maranhão nesta pesquisa, foi fundamental para verificamos diversas proposições elencadas no decorrer do estudo. Entre elas, constatamos a partir da visão dos docentes que através da pesquisa os discentes aprendem mais, uma vez que, a mesma contribui para a autonomia do aprendiz, já que o leva a reflexão, ao pensamento, isto é, por meio dela é possível não apenas se apropriar do conhecimento, como também aplicá-lo na sociedade para sanar os problemas da comunidade. Além do mais, o “professor A” deixa bem claro que utiliza diversos mecanismos para atingir tal propósito, um deles, é a discussão sobre como os conhecimentos construídos em sala de aula podem solucionar os problemas reais. Portanto, verificamos que tal atitude é adequada, uma vez que ela trabalha com a análise, reflexão e o raciocínio. Averiguamos também, que o professor A

complementa tal ação, atrelando a teoria com a prática, levando os alunos para o desenvolvimento de atividades em outros espaços, e não somente em sala de aula. Já o “professor B”, deixa bem claro que o seu mecanismo é a partir da elaboração de projetos de pesquisas, para inserir tais discentes do Ensino Médio dentro do universo das pesquisas e de acordo com a área de interesse deles. Neste caso, constatamos que esta estratégia inclusive foi até pontuada neste estudo, a participação dos alunos em relação as temáticas escolhidas, o que é adequado, pois o aluno realmente se sente um sujeito ativo, que participa de todo o processo, e isto motiva o interesse deles. Observa-se que o professor C, utiliza a mesma estratégia do professor B, quando relata que os alunos apresentam mais interesse pela parte experimental. Então, subentende-se que o docente C, realiza as pesquisas dentro da área de interesse dos educandos.

Quanto às dificuldades em relação à elaboração de projetos de pesquisa, percebemos que elas existem sim, mas isto já era de se esperar, pois como apresentamos na pesquisa, o aluno não nasceu um discente pesquisador, porém ele pode aprender a pesquisar com qualidade. Daí a necessidade da orientação e o acompanhamento constante relatado pelos professores do IFMA. Contudo, o ideal era que houvesse a participação do bibliotecário. O bibliotecário é essencial neste trabalho com os alunos.

Em relação a produção de pesquisas científicas no IFMA, os professores discorreram que além da graduação, este tipo de pesquisa nos últimos anos também tem atingindo os estudantes do Ensino Médio. Sendo que o sujeito investigado, identificado de “professor A”, ainda declara, que as aulas é o maior trunfo para despertar no aluno o gosto pela pesquisa. Por meio desta análise, podemos visualizar que as aulas não têm um cunho reprodutivo para ele. Com isso, realçamos que os alunos também podem produzir seu próprio conhecimento através da pesquisa. E o “professor B”, afirma que os alunos do Ensino Médio são capazes de realizar pesquisas científicas sim, desde que devidamente orientados. Segundo este docente, dizer que estes alunos não são capazes, é subestimar a capacidade intelectual e científica deles. O professor C enfatiza que as pesquisas realizadas no Ensino Médio conseguem despertar nos alunos o desenvolvimento de atitudes científicas, porém, estes estudos devem ser direcionados para o nível dos alunos, observando sempre a organização do tempo na realização das atividades.

Por outro lado, visualizamos que houve um aspecto negativo no que tange a biblioteca, pois nota-se que o docente A, afirma que utiliza a biblioteca, contudo, nem sempre ela consegue suprir a sua necessidade, haja visto que a sua área é tecnológica e no espaço não é possível encontrar todos os recursos necessários para o desenvolvimento de suas pesquisas, porém em

nenhum momento, esclareceu se incentiva os seus alunos a utilizarem o espaço. O docente B, utiliza a biblioteca com os seus alunos, bem como todos os recursos que está dispõe, entretanto, discorre que nem sempre ela consegue suprir as necessidades informacionais e nem tem todos os recursos necessários para desenvolver as pesquisas. O professor C, confirma que faz uso da biblioteca, sempre incentiva os seus alunos a utilizarem, mas quando ela não supre as necessidades do “professor e do aluno”, eles fazem uso de outros meios.

No entanto, a função do bibliotecário na visão dos professores é bem positiva. Todos dizem que acreditam no trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração de projetos de pesquisa com os estudantes do Ensino Médio.

E por fim, a questão da escola tradicional ficar se limitando a formar alunos apenas para dominar conteúdos, eliminando o pensamento crítico e reflexivo, o “docente A” admite que se os Projetos Pedagógicos da escola e os planos dos cursos forem construídos em colaboração com os professores e a família, associando com a realidade local, é possível ir além dos conteúdos. Inclusive ele conclui que nos últimos anos vem vivendo uma situação bem diferente, que envolve pensamento, reflexão e colaboração na instituição. O professor B, disserta que o IFMA prepara o aluno para adquirir o comportamento de pesquisador, que pensa, reflete e consegue resolver os problemas que surgem. Ponto de vista que é concluído com a formação integral do aluno. O professor C, declara que o conteúdo tradicional sempre será repassado, porém, nos dias atuais, é necessário buscar a formação de um pensamento crítico do educando.

Vemos assim, que para estes educadores, é possível sim, a construção ainda no ensino médio de um discente pesquisador.

E por fim, apresentamos o quadro 8 com os dados dos discentes levantados na pesquisa de campo.

Quadro 8– Participação do Aluno

(Continua)

1- Definição de pesquisa	
Aluno A	<i>É uma maneira de descobrir elementos que compõe um objeto de estudo e saber a função dele no mesmo</i>
Aluno B	<i>Conjuntos de procedimentos e métodos científicos para encontrar soluções em relação aos problemas pesquisados</i>
Aluno C	<i>Reunir fatos e registrá-los</i>

(Continuação)

Aluno D	<i>É a busca pela informações de interesse ou não de um indivíduo que se encontra em uma situação de instigação.</i>
Aluno E	<i>Uma forma de buscar mais conhecimentos, utilizando diversos meios, como a internet, questionários, etc.</i>
2- Gosta de pesquisar na escola	
Aluno A	<i>Sim, pois é uma maneira de incentivar o estudo e ao entendimento das coisas</i>
Aluno B	<i>Sim, é muito gratificante saber que posso ajudar a resolver alguns problemas</i>
Aluno C	<i>Sim, porque ativa o meu lado crítico e científico, além de me permitir ter novos conhecimentos</i>
Aluno D	<i>Sim, através da pesquisa eu encontro um leque de informações que ampliam consideravelmente meu campo crítico</i>
Aluno E	<i>Sim, é um campo cheio de informações</i>
Aluno F	<i>Sim, a pesquisa desperta o lado investigativo dos seres humanos sobre questões ainda não descobertas.</i>
Aluno F	<i>A busca por algo ainda invisível ao homem ocasionada pela falta de compreensão no universo.</i>
3- Dificuldades apresentadas na realização de pesquisas	
Aluno A	<i>Achar fontes para pesquisar em português, isso mostra o quão a área de pesquisa brasileira ainda não é predominante.</i>
Aluno B	<i>Buscar fontes confiáveis</i>
Aluno C	<i>A falta de investimentos em tecnologia e inovação para o aprimoramento dessas pesquisas.</i>
Aluno D	<i>A falta de documentos confiáveis e que possam me guiar/auxiliar na pesquisa</i>
Aluno E	<i>A dificuldade da quantidade de informações encontradas, o que gera obstáculos na selecionar dos conteúdos encontrados</i>
Aluno F	<i>Buscar fontes confiáveis</i>
4- Representatividade da biblioteca para os discentes	
Aluno A	<i>Um mundo de informações em um só local</i>
Aluno B	<i>Um meio de procurar as respostas e dúvidas criadas durante as pesquisas</i>

(Continuação)

Aluno C	<i>Uma fonte de informações à qual sempre podemos recorrer</i>	
Aluno D	<i>Fonte de conhecimento</i>	
Aluno E	<i>Uma fonte de pesquisa e informação</i>	
Aluno F	<i>Um grande acervo de informações ricas</i>	
5- Representatividade da biblioteca para os discentes		
Aluno A	<i>Um mundo de informações em um só local</i>	
Aluno B	<i>Um meio de procurar as respostas e dúvidas criadas durante as pesquisas</i>	
Aluno C	<i>Uma fonte de informações à qual sempre podemos recorrer</i>	
Aluno D	<i>Fonte de conhecimento</i>	
Aluno E	<i>Uma fonte de pesquisa e informação</i>	
Aluno F	<i>Um grande acervo de informações ricas</i>	
6- Utilização dos recursos que a biblioteca dispõe para a realização de pesquisas		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F	X	
7- A biblioteca suprir as necessidades informacionais		
	Sim	Não
Aluno A		X
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D		X

(Continuação)

Aluno E		X
Aluno F	X	
8- Solicita auxílio do bibliotecário perante as suas dúvidas informacionais		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F		X
9- As pesquisas são fundamentadas nas visões de vários autores		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F	X	
10- A pesquisa auxilia na formação de uma consciência crítica ou colaborar para a construção de novos conhecimentos		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F	X	
11- Aprender a partir do ensino com a pesquisa é possível		
	Sim	Não

(Conclusão)

Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F	X	
12- Interesse em investir futuramente na carreira de pesquisador ou cientista		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B		X
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F		X
13- A pesquisa na escola consegue despertar o desenvolvimento de uma atitude científica		
	Sim	Não
Aluno A	X	
Aluno B	X	
Aluno C	X	
Aluno D	X	
Aluno E	X	
Aluno F	X	

Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário aplicado com os discentes (2018).

A participação do aluno é imprescindível, assim, em nenhum momento poderíamos excluí-la do estudo, em vista que ela é vital para que pudéssemos compreender melhor a temática, e averiguar se realmente é possível a realização de pesquisas científicas no Ensino Médio e como isto favorecer o seu aprendizado.

É exatamente em busca de respostas para os diversos questionamentos lançados no estudo, que exploramos a visão dos discentes em torno de várias indagações. A começar pela concepção que eles têm sobre pesquisa. Evidentemente, ao realizar este questionamento, de forma proposital não perguntamos a “concepção de pesquisa científica”, porque queríamos verificar se algum deles conseguiriam relacionar “pesquisa” a atividades científicas. Realmente, percebe-se que estes alunos possui uma visão bem avançada sobre o que de fato é “pesquisar”. Constatamos que o aluno A, utiliza os termos “conjunto de procedimentos” e “métodos” científicos na apresentação da sua concepção. Os demais também conseguiram uma boa apresentação, ao relacionar pesquisa com “objeto de estudo”, “registro de fatos”, “busca de informações e conhecimentos”, “encontrar soluções para os problemas” etc. Isto é um resultado bem significativo.

Posteriormente, a próxima pergunta que fazia parte do questionário, também teve um resultado bem interessante. Todos eles admitiram que gostam de pesquisar na escola. E as suas justificativas foram diversas e relevantes, como “incentivo aos estudos e entendimento das coisas”, “colaboração na resolução dos problemas”, “ativação do lado crítico e científico”, “aquisição de novos conhecimentos”, “campo cheio de informações” e “despertar o lado investigativo dos seres humanos”, ou seja, todos estes aspectos segundo cada discente, é que os motiva a pesquisar.

Por conseguinte, todos declararam que sentem dificuldades em relação a realização de pesquisas. Cada um relatou que os seus entraves estão associados a elementos como, “fontes confiáveis”, “a falta de investimentos em tecnologia e inovação”, “falta de documentos”, “diversidade de informações encontradas”, dificuldades na seleção dos documentos”, “encontrar fontes para pesquisa em português”. Observa-se que as dificuldades encontradas, são praticamente as mesmas que muitos pesquisadores encontram na graduação. Portanto, esse cenário deixa transparecer que estes discentes realmente estão envolvidos com a prática da pesquisa.

No que tange a biblioteca, os alunos reconhecem que este espaço é importante quando confessam que utilizam os seus recursos para compor as suas pesquisas, sustentam ainda que ela tem sim uma representatividade no olhar de cada um, aliando o espaço a um “meio de procurar respostas e dúvidas criadas durante as pesquisas” e “fonte de informações, conhecimento e pesquisa”. Não obstante, alguns manifestam que a biblioteca não supri as suas necessidades. Em relação a isto, constata-se que dos 6 alunos investigados, 50% afirmaram que a biblioteca não supri as suas necessidades informacionais, os demais relataram que sim. Mas,

como a pergunta estava fechada, não conseguimos compreender as razões que levam estes alunos a pensarem assim, tanto de uma forma positiva como negativa.

Posto isto, dos 6 alunos investigados, 5 asseguram em suas respostas que já recorreram ao bibliotecário, perante as suas dúvidas informacionais. O que é interessante a orientação deste profissional, pois o bibliotecário pode orientar cada educando em relação as potencialidades da biblioteca. E somente 1 discente alegou que não procura o bibliotecário nesta situação. É um aspecto extremamente relevante, já que podemos inferir que ele não procura, devido à sua autonomia informacional.

Todos os educandos evidenciam que gostam de realizar uma pesquisa fundamentada na visão de vários autores, bem como confirmam que a pesquisa auxilia na formação de uma consciência crítica, colaborando para a formação de novos conhecimentos, o que facilita para eles o aprendizado e conseqüentemente, colabora para despertar em cada um, o desenvolvimento de uma atitude científica.

Identificamos também que apenas dois alunos não pretendem investir futuramente na carreira de pesquisador ou cientista. Contudo, faz-se conveniente esclarecer que a pergunta era fechada e por isso não conseguimos compreender os motivos que os levam a pensar de forma negativa, quando realizamos um questionamento assim.

4.2 Resultados da pesquisa

O pesquisador necessita na interpretação dos resultados, ir além da leitura dos dados, integrando cada aspecto, a um universo mais amplo, para que possam ter sentido. Portanto, constata-se a importância da revisão de literatura, uma vez que está bagagem de informações, colabora na etapa de análise e interpretação dos dados, permitindo atribuir significado a cada um deles (GIL, 2008). Neste sentido, a partir da apresentação e discussão dos questionários discutidos na seção 4, iremos refletir os resultados da pesquisa.

A análise permitiu inferir que a bibliotecária da instituição investigada (IFMA), utiliza como mecanismo para aproximar o corpo docente e discente, a divulgação do espaço no início do ano letivo. Realmente, conseguimos constatar que os alunos sempre recorrem a biblioteca para desenvolverem as suas pesquisas. E os professores, sustentam nas suas declarações, que fazem uso sim da biblioteca. Vemos assim, que a estratégia da bibliotecária apresenta um resultado satisfatório, visto que a comunidade escolar utiliza a biblioteca nas suas investigações. E sobre isso, Monteiro (2016), destaca que o bibliotecário precisa manter foco não somente no

aluno, mas também no professor. A biblioteca deverá atender toda a comunidade escolar, e apoiar o trabalho do docente, pois isso colabora para o desenvolvimento curricular.

Certificamos que a bibliotecária tem dificuldades para se comunicar com os professores. Esta dificuldade pode ocasionar um isolamento entre eles, o que não é agradável. Segundo Fonseca e Spudeit (2016), o bibliotecário possui um papel extremamente importante na educação, ainda mais que o seu fazer está diretamente ligado à informação e processos de buscas. Um trabalho integrado, contribui para a formação de alunos críticos na sociedade. E o bibliotecário tem capacidade para auxiliar tanto o aluno, como o professor, colaborando para a competência informacional deles. Inclusive, percebe-se na investigação que os professores e o bibliotecário reconhecem a importância de um trabalho integrado. É contagiante observar um aspecto assim. Talvez, estes docentes tenham consciência que o bibliotecário é o profissional capacitado para auxiliar na localização, seleção e avaliação da informação (FIALHO, 2013).

Verifica-se que bibliotecário acredita no seu papel educativo, ele tem esta consciência. E justamente por acreditar no seu potencial, ficou bem evidente a sua posição ao descrever que o bibliotecário é capaz de colaborar para a formação de um discente pesquisador, a partir da orientação no acesso as informações. Perspectiva defendida por Muller (1989), ao abordar que o bibliotecário é capaz de orientar os indivíduos na aquisição do conhecimento, o que contribui para a sua autonomia, isto é, ele prepara as pessoas para que sozinhas, consigam localizar as informações que necessitam. Neste contexto, averiguamos que entre os 6 discentes que participaram da pesquisa, somente 1 declarou que não procura o bibliotecário, portanto, podemos relacionar a uma possível autonomia do educando.

Lembramos que esta atividade de orientação faz parte do trabalho de mediação do bibliotecário, pois através dela é possível de forma satisfatória, criar “[...] melhores condições e ambientes de busca, recuperação, acesso e uso da informação. Assim, os usuários podem criar novos conhecimentos a partir de um conhecimento já existente” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p.111). Segundo Ferreira e Santos Neto (2016), a indicação dos melhores documentos para a consulta em relação à temática abordada na pesquisa escolar e as instruções para o seu desenvolvimento, indicação de leituras e educação ao usuário, fazem parte do trabalho pedagógico do bibliotecário. As concepções destes autores, condizem com o ponto de vista da bibliotecária, já que para ela existe a possibilidade de o bibliotecário desenvolver ações pedagógicas na biblioteca.

A produção de conhecimentos pode ser gerada a partir de pesquisas na escola. Foi o que todos os professores declararam, e os alunos conseqüentemente. Quanto aos discentes, percebe-se esta posição através das concepções que eles defendem sobre pesquisa, atrelando a “busca

de informações”, seja para compreender algo ou encontrar soluções perante os problemas pesquisados. Todos os educandos ainda assumiram que gostam de pesquisar na escola, e os fatores que os levam a isto, é: ativação do lado crítico, científico, aquisição de novos conhecimentos, compreensão das coisas, etc. Diante do exposto, Demo (2004, p. 15) explica que:

[...] Quem não pesquisa, nem elabora, muito provavelmente não vai entender o que lê. Entender o que se lê supõe procedimento reconstrutivo [...], não reprodução. Introduzindo pesquisa como ambiente de aprendizagem, envolvemos os alunos cada dia em atividades de reconstrução do conhecimento, passando com o tempo a procedimento dominante, marcante. É preciso garantir que o aluno reconstrua conhecimento, com qualidade formal e política, para que se forme como sujeito capaz de confrontar-se com a realidade, aproveitando a potencialidade disruptiva do conhecimento [...].

A pesquisa contribui para o desenvolvimento cognitivo do aluno. Ela colabora para a construção de indivíduos mais críticos na sociedade.

E como já pontuamos em seções anteriores, que o aluno não nasceu um discente, pesquisador, constatamos que os alunos apresentam dificuldades na elaboração de suas pesquisas. As dificuldades estão relacionadas a problemas relacionados a busca e seleção de fontes confiáveis. Neste sentido, cabe ao bibliotecário e ao professor ensinar e apresentar os instrumentos necessários para a produção de suas pesquisas (PEREIRA, 2004). Em ênfase, o bibliotecário está preparado para auxiliar os alunos a localizar, selecionar e avaliar a informação com precisão (FIALHO, 2013). É importante ainda que o bibliotecário participe do planejamento escolar, como bem a bibliotecária colocou, pois este conhece o acervo da biblioteca e as práticas de mediação do conhecimento. Daí, encontramos Silva (1995), nesta mesma linha de pensamento, defendendo que a participação do bibliotecário no planejamento do docente, é mais uma atribuição do seu trabalho educativo, haja vista que ficará ciente do trabalho do professor, e deste modo, poderá inserir de forma mais eficaz, a biblioteca nas atividades do educador, o que colabora para a exploração das potencialidades do espaço.

Percebemos que no momento, a bibliotecária não está elaborando nenhuma estratégia na biblioteca para despertar nos alunos o gosto pela investigação. Não conseguimos compreender quais as razões que a levam agir dessa maneira, contudo, ratificamos que a pergunta estava aberta, porém ela preferiu não discorrer sobre estas possíveis razões. Já os professores, declaram que as aulas são trabalhadas de forma que instigue os alunos a pensar, realiza-se projetos de pesquisa, sendo que as pesquisas são desenvolvidas dentro da área de interesse dos discentes, logo, as estratégias utilizadas pelos professores remetem ao que Freire (1996, p.13) defendia, “ [...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Por conseguinte, os discentes afirmam que é possível

a partir da pesquisa, o desenvolvimento de uma atitude científica, bem como o interesse em se aprofundar na visão de vários autores para aprofundar as suas ideias, visto que “[...] o ato de pesquisar significa investigar com profundidade um determinado assunto (ELLWEIN, 2006, p.80). E à medida que pesquisamos “[...] aprendemos a desconstruir teorias e propostas [...]” (DEMO, 2004, 1995).

Mediante isto, dois professores confirmaram que incentivam os alunos a utilizarem a biblioteca, apenas um não se posicionou. “O apoio imediato do professor é, entretanto, o de maior importância para o êxito da tarefa [...] pedagógica da biblioteca escolar [...]” (SILVA, 1995, p. 72). Tarefas pedagógicas que envolvem leitura e pesquisa.

A representatividade da biblioteca para os alunos é extremamente positiva, todos a observam como uma fonte de informação e conhecimento, o que ratifica a visão de Silva e Siqueira (2014, p. 48), ao argumentarem que “Abiblioteca escolar é um eficaz instrumento pedagógico e informacional que pode favorecer resultados positivos na educação de criança, adolescentes e jovens, além de dar suporte ao trabalho didático do professor [...]”.

Infelizmente, os três professores asseguraram que a biblioteca não supri as necessidades informacionais deles, três alunos também relataram este aspecto negativo e os outros três discentes, admitiram que a biblioteca consegue sim, atender às suas demandas informacionais. Averiguamos um posicionamento contrário destes três discentes em relação aos demais. Mas, pelo que sugere Silva, W. (1995, p. 75), as atividades da biblioteca escolar devem:

Estar de acordo com o interesse de sua clientela, particularmente dos alunos, o que já pressupõe uma articulação com o trabalho desenvolvido pelo professor. Da mesma forma, os recursos informativos devem ser adquiridos e organizados segundo aqueles mesmos interesses, o que indica uma necessidade de participação da comunidade escolar no que tange a seleção do que vai ser adquirido e à maneira pela qual os documentos poderão ser organizados, difundidos e explorados pela biblioteca [...]. Mesmo as atividades de processamento técnico do acervo não podem ser realizadas friamente, sem que sejam consideradas as características e limitações dos usuários da biblioteca [...]

Não obstante, verificamos que a biblioteca precisa atender às necessidades informacionais daqueles que a procuram. Ela precisa atender com precisão e qualidade as pessoas que recorrem a ela, independentemente do motivo. Assim, não interessa atribuir aqui peso aos motivos que levam os usuários à biblioteca, ou melhor, determinar quais as razões são relevantes e quais não são. Se o usuário utiliza o espaço, se ele procura a biblioteca, esses aspectos são extremamente importantes. Ele procura porque sente necessidade, quer usufruir das suas potencialidades. Somente essa necessidade de ir atrás da biblioteca já é significativamente relevante.

5 CONCLUSÃO

A biblioteca é um lugar essencial para a formação de qualquer estudante. Ela pode contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem, pois verificamos que as suas dimensões pedagógicas, leitura e pesquisa, são importantes para a construção de um sujeito que consiga pensar e questionar as situações que estão acontecendo ao seu entorno. Mediante todos os aspectos elencados na seção 3, referente à “biblioteca escolar”, foi possível constatar isso.

Portanto, não há dúvidas da relevância da biblioteca na formação de um discente pesquisador, visto que os dados da pesquisa mostram que os alunos da instituição investigada sempre recorrem à biblioteca. Nesse espaço, as necessidades informacionais dos alunos podem ser supridas. Isso é algo extremamente positivo, já que os recursos que a biblioteca dispõe servem de fonte para a construção dos projetos de pesquisa da escola.

Verificamos que a Biblioteca Tebyreça de Oliveira, do IFMA, encontra-se dentro do Projeto Pedagógico da instituição, fator relevante para a construção de suas ações e planejamentos, já que é uma tarefa que deve priorizar um olhar voltado à biblioteca e às suas necessidades.

Comprovamos que a bibliotecária utiliza estratégias para integrar o corpo docente e discente aos espaços da biblioteca, o que é interessante, porque é uma iniciativa que apresenta o bibliotecário em uma posição de atuação, que cria ações para fortalecer a biblioteca perante a sua comunidade. Por esse motivo, inferimos que, se os professores e os alunos utilizam o espaço, conseqüentemente está atitude deve estar atrelada à iniciativa da bibliotecária.

A pesquisa mostrou que a educação científica faz parte do IFMA. A sua missão está associada a uma educação assim. Verificamos que na instituição existem grupos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Ensino Médio, PIBIC. Inclusive, a concepção que os alunos apresentaram sobre pesquisa é bem significativa. Os professores relataram que utilizam estratégias para despertar nos alunos o gosto pela investigação, como a discussão das aulas para estimular a criticidade e a elaboração de projetos de pesquisas que estejam dentro da área de interesse deles, respeitando o nível de ensino dos discentes.

É interessante pontuar que as pesquisas são desenvolvidas com orientação constante, de modo que as dúvidas possam ser sanadas. Entretanto, esse detalhe mostra a discussão deste estudo, favorecendo a visão de que o aluno não nasceu um discente pesquisador, porém, ele pode aprender a pesquisar. A bibliotecária reconhece a sua importância na formação de um discente pesquisador, porém não conseguimos visualizar as suas estratégias. Não houve um posicionamento por parte da profissional.

Estruturalmente, evidenciamos que a instituição conta com o bibliotecário fazendo parte do seu quadro de profissionais.

Esta pesquisa destacou que o trabalho do bibliotecário é tão importante para o sistema educacional como o do professor, coordenador pedagógico, gestor, entre outros. Quando cada profissional cumpre as suas competências é possível deduzir que os diversos entraves, problemas e desafios da educação poderão ser sanados. É um trabalho de cooperação. Cada um tem a sua responsabilidade. Por isso há a necessidade da interação entre professor e bibliotecário. Conforme dados desta pesquisa, ambos reconhecem a importância de um trabalho assim.

É interessante destacar que a pesquisa bibliográfica comprovou, a partir da visão de vários autores, que a pesquisa é importante para melhorar o processo cognitivo dos alunos, já que favorece vários benefícios, dentre eles a criticidade e a produção de conhecimento. Nesse sentido, reafirmo que a presença do bibliotecário é extremamente importante para um trabalho nessas dimensões, ainda mais pela quantidade de informações que recebemos, conforme relataram os discentes investigados. O bibliotecário tem a capacidade de buscar, selecionar e avaliar o nível de veracidade das informações, com precisão e qualidade.

Por fim, esperamos que este estudo sirva de norte para outras investigações na área da Educação e Biblioteconomia, visto que as duas áreas são trabalhadas na pesquisa com o intuito de ser fonte de pesquisa e informação para os demais que desejam discutir assuntos relacionados a estas temáticas.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. ISBN 978-85-04-01188-3.
- ALMEIDA, Custódio. Construindo uma nova organização escolar. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 33, n.133, p.82-94, out. /dez. 2004.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. cap. 4, p. 43-54. (Coleção palavra-chave, v. 17). ISBN 85-7228-023-5.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Pesquisa escolar: entre o modelo educacional e a liberdade da pesquisa. In: SILVA, Rovilson, José da; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. cap. 9, p. 97-103. (Coleção palavra-chave, v. 17). ISBN 85-7228-023-5.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação e informação**, Londrina, v.19, n. 2, p.98-116, maio/ago. 2014.
- ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil**: da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996. 2008. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em metodologia do Ensino Superior) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, 2009.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista Histedbr**, Campinas, p. 102-123, ago. 2006. Edição especial.
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Programa Mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: Sistema CFB: CRB, 2012.
- BIANCHETTI, Lucídio; SILVA, EvelylynLedur; OLIVEIRA, Adriano de. A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO DO SUL, 9., 2012, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos ...** Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/anais/>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura**. Brasília, 06 dez. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/566523-DADOS-DO-INEP-MOSTRAM-QUE-55-DAS-ESCOLAS-BRASILEIRAS-NAO-TEM-BIBLIOTECA-OU-SALA-DE-LEITURA.html>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 12.244, de 24 de maio, de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 27 dez. 2018.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Lei 4º 4.084, de 30 de julho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7149, 2 jul. 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4084-30-junho-1962-353848-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. CNPq. **Bolsas**. Disponível em: <www.cnpq.br/web/guest/apresentacao13/>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução nº 4. De 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.824, 14 jul. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo ensino médio**: perguntas e respostas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa nacional biblioteca da Escola**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: Ministério da Educação: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em:

<https://www.oei.es/historico/fomentolectura/pnll_brasil.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, [2017]. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p.163-168, 2005.

CAMPELLO, B. S. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 19 out. 2018.

CAMPELLO, Bernadete. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil.

Biblioteca Escolar em Revista, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015.

CAMPELLO, Bernadete; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. PROENÇA, Samuel Gonçalves. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n.3, p. 609-624, set./dez. 2018.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. 24. ed. São Paulo: IDAC; Rio de Janeiro: Vozes, 1982. 95 p.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho et al. **A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira**. [20--?]. Disponível em:

<www.ceap.br/material/MAT14092013162714.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. A pesquisa noções gerais. In: **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 2. ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1978. cap.3, p.40.

CIRINO, Darciane Barros Leão. **Programa nacional biblioteca da escola - PNBE:**

apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás. 186 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4439/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Darciane%20Barros%20Le%C3%A3o%20Cirino%20-%202015.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SOUZA, Marinilva Rodrigues de. Parceria entre bibliotecário e educador: uma importante estratégia para o futuro da biblioteca escolar. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos ...** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56>. Acesso em: 22 de out. 2018.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2.ed. Maringá: Eduem, 2009. cap. 3, p. 31-43. (Formação de professores- EAD, v. 4). ISBN 978-85-7628-171-9.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino - aprendizagem**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

COSTA, Washington Luiz da; ZOMPERO, Andreia de Freitas. A iniciação científica no Brasil e sua propagação no ensino médio. **Rencima**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 14-17, 2017.

DEMO, Pedro. “Pesquisar para saber pensar”. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 33, n.133, p.7-26, out. /dez. 2004.

DEMO. Desafio de mudar a escola: des - construir e re - construir a teoria e a prática. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 34, n.135, p. 41- 65, abr. /jun. 2005.

DEMO. Escola instrução ou formação?. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 35, n.141, p. 19- 39, out. /dez. 2006.

DEZIDÉRIO, HedeSimar Malaquias Dias et al. Um panorama das bibliotecas escolares da rede pública: uma contribuição para a educação. In: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcodes; BESSA, José Antonio (Org.). **A Biblioteca no Contexto Escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. p. 65-71.

ELLWEIN, Selma Alice Ferreira. Pesquisa escolar e o enfadonho exercício de cópia: como separar o trigo do joio?.In: SILVA, Rovilson, José da; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. cap. 8, p. 79-96. (Coleção palavra-chave, v. 17). ISBN 85-7228-023-5.

FERREIRA, Edson Silva; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e mediação pedagógica na pesquisa escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v.5, n.1, p.1-18, 2016.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História da educação brasileira: da colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 123 p. (Coleção UAB- UFSCar). ISBN 978-85-7600-220-8.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino médio e sua inquestionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p.25-42, 2018.

FIALHO, Janaina. Experiência com estudantes do ensino médio através da pesquisa escolar orientada. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 18, n. 1, p. 15-25, jan./mar. 2013.

FONSECA, Ane; SPUDEIT, Daniela. O trabalho cooperativo entre bibliotecários e professores para o desenvolvimento da competência em informação: criação de um programa voltado para alunos do ensino médio. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 36-63, 2016.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteca escolar e a crise da educação**. São Paulo: Pioneira, 1983.

FRANÇA, Sebastião Fontineli. Uma visão geral sobre a educação brasileira. **Integração**, Brasília, DF, p. 75-88, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76 p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos. PNBE**. Disponível em: <www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 set. 2018.

GARCIA, Olgair Gomes. Afinal, para que servem as avaliações promovidas pelos sistemas de educação? **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 36, n. 142, p. 41-48, abr. /jun. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, Gianna Andréia; SILVA, Liciane Mateus; PEREIRA, Patrícia Campos. A biblioteca e o despertar do prazer pela leitura. In: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcodes; BESSA, José Antonio (Org.). **A Biblioteca no Contexto Escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. p. 120-129.

GONZAGA, Maria Marismene. **Biblioteca escolar e projeto político pedagógico**: um estudo de caso. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. **Histórico**. São Luís, 03 mar. 2015. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/instituto/historico/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em: <portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: 24 ago. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para biblioteca escolar**. 2. ed. rev. [S.l.]: IFLA, 2015.

80 p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 9, p. 465-476, set. /dez. 2006.

MARÇAL, Érika Patrícia Lopes Sobral *et al.* Biblioteca escolar e a função de incentivar a leitura. In: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcodes; BESSA, José Antonio (Org.). **A Biblioteca no Contexto Escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. p. 130-134.

MARTINS, Elizandra; BORTOLIN, Sueli. O bibliotecário escolar “afinando” o foco na leitura. In: SILVA, Rovilson, José da; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. cap. 3, p. 33-41. (Coleção palavra-chave, v.17). ISBN 85-7228-023-5.

MATOS, Junot Cornélio; EFKEN, Karl – Heinz. A des (construção) do autoritarismo escolar e a re(construção) da autonomia do aluno. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 34, n.135, p. 7- 17, abr. /jun. 2005.

MONTEIRO, Gisele Camargo. **A biblioteca escolar na formação de competências em informação**: contribuições e perspectivas em bibliotecas do Colégio Pedro II. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. A interação entre os alunos, educadores, bibliotecários e a pesquisa escolar. **Informática na educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 51-61, jul./dez. 2004.

MUELLER, Mary Stela. Comunicação, informação, biblioteca: uma abordagem integradora-um questionamento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 7-23, mar. 1990.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. **Revista de Bibliotecon.**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 63-70, jan./jun. 1989.

NININ, Maria Otilia Guimarães. Pesquisa na escola: que espaço é esse? O do conteúdo ou o do pensamento crítico?. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, p.17-35, dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **BRASIL no Pisa 2015**: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2000. 109 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PEREIRA, Susy dos Santos. **Biblioteca escolar e a orientação à pesquisa bibliográfica: a situação na rede pública de ensino.** In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo horizonte. Anais eletrônicos [...]. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56>. Acesso em: 22 de out. 2018.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de. Avaliando a aprendizagem e o ensino com pesquisa no ensino médio. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 469-488, jul./set. 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. *E-book*. Disponível em:

<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2018.

RESENDE, Simone Daniela Alves. A Biblioteca Escolar Como Mediadora de Leitura. In: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcodes; BESSA, José Antonio (Org.). **A Biblioteca no Contexto Escolar.** Uberaba: IFTM, 2014. p. 135-138.

RETAMERO, Alex Amilton Costa et al. Educar pela pesquisa pela educação básica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. Anais eletrônicos [...]. Fortaleza: Febab, 2017. p. 803-815. Disponível em: portal.febab.org.br/anais/issue/view/12/showToc. Acesso em: 15 set. 2018.

ROSSI, Ednéia Regina. O projeto de educação da modernidade e a constituição da identidade da nação brasileira na Primeira República (1889-1929). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil.** 2.ed. Maringá: Eduem, 2009. cap. 3, p. 31- 43. (Formação de professores- EAD, v. 4). ISBN 978-85-7628-171-9.

RUIZ, João Álvaro. Como elaborar trabalhos de pesquisa. In: **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** São Paulo: Atlas, 1979. cap. 3, p. 58.

SANGARI, Ben. Educação científica: prioridade no século XXI. **Linha Direta**, [s. l.], ano 11, p.12-17, nov. 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 154 p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Os (des) caminhos da escola: traumatismos educacionais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 77 p. (Coleção questões da nossa época, v. 58).

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017.

SILVA, Jose Fernando Modesto da; SIQUEIRA, Ivan. Biblioteca escolar como uma questão de direitos humanos. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 38-50, 2014.

SILVA, Odair Vieira da. Trajetória histórica da educação escolar brasileira: análise reflexiva sobre as políticas públicas de educação em tempo integral. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, São Paulo, ano 8, n. 16, jul. 2010.

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli. Reflexões sobre a leitura e a biblioteca escolar. In: SILVA, Rovilson, José da; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. cap. 1, p. 11-19. (Coleção palavra-chave, v.17). ISBN 85-7228-023-5.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 120 p. (Coleção questões da nossa época, v. 45). ISBN 85-249-0563-8.

SIMÕES JORGE, J. **Educação crítica e seu método**. São Paulo: Edições Loyola, 1981. 110 p.

TERZI, Cleide do Amaral. Perguntas que dão o que fazer. **Revista de Educação AEC**, Brasília, DF, ano 33, n.133, p.27-34, out. /dez. 2004.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. **Algumas considerações sobre o ratiostudiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos**. [21--?]. Disponível em: <www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Ana_Toyshima_e_Gilmar_Montagnoli_e_Celio_Costa.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 1-9, abr. 1993.

ULHÔA, Eliana, *et al.* A formação do aluno pesquisador. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v.13, n. 2, p. 25-29, maio/ago. 2008.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O BIBLIOTECÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Este questionário tem como objetivo coletar informações para a realização de uma pesquisa de campo integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo como título “**A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO**”: um olhar sobre a atuação da Biblioteca Tebyreçá de oliveira do Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Assim, esclareço que as informações obtidas através da aplicação deste questionário serão somente para fins científicos e seus dados e respostas serão tratados de forma sigilosa. Agradeço-lhe pela sua atenção e participação.

Questionário

1) A quanto tempo você trabalha nesta instituição?

2) Como você faz para aproximar a biblioteca do corpo discente e docente?

3) Você sente dificuldades para se comunicar com os professores da instituição?

() Sim () Não

4) Você acha que o bibliotecário pode colaborar na elaboração de atividades didáticas ou pedagógicas?() Sim () Não

Justifique?

5) Na sua concepção é interessante o bibliotecário participar do planejamento escolar? Isto é importante para o desenvolvimento das atividades da biblioteca?

6) A biblioteca está inserida no Projeto Político Pedagógico da escola?

() Sim () Não

7) O bibliotecário é o profissional responsável pela mediação da informação na instituição, assim, ele tem competência para orientar na busca, seleção e uso da informação de maneira

eficiente e eficaz. Deste modo um trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração dos projetos de pesquisa com os estudantes do ensino médio poderia ser viável na sua concepção? () Sim () Não

Justifique?

8) A pesquisa é uma das dimensões pedagógicas da biblioteca, ou seja, este espaço é responsável por proporcionar aos estudantes a base para a realização de suas investigações. Desta forma, como é realizada a mediação desta atividade pedagógica na biblioteca?

9) A biblioteca utiliza alguma estratégia para despertar nos alunos o gosto pela investigação? () sim () não

Justifique?

10) Você acha que o bibliotecário é capaz de colaborar para a formação de um discente pesquisador? () sim () não

Justifique?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O PROFESSOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Este questionário tem como objetivo coletar informações para a realização de uma pesquisa de campo integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo como título “**A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO**”: um olhar sobre a atuação da Biblioteca Tebyreçá de oliveira do Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Assim, esclareço que as informações obtidas através da aplicação deste questionário serão somente para fins científicos e seus dados e respostas serão tratados de forma sigilosa. Agradeço-lhe pela sua atenção e participação.

Questionário

1) Para você é mais fácil o aluno aprender a partir do ensino com a pesquisa?

Quais as estratégias utilizadas por você para despertar nos alunos o gosto pela prática da pesquisa? _____

2) Os alunos do ensino médio sentem muitas dificuldades ao realizarem um projeto de pesquisa? Como você tenta sanar tais dificuldades?

3) Você acha importante para os alunos do ensino médio o desenvolvimento de atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica?

() Sim () Não

4) Hoje as pesquisas científicas nas instituições estão atreladas somente ao nível superior. Desta forma, você acha que pesquisas deste nível sendo realizada também no ensino médio consegue despertar no aluno o desenvolvimento de uma atitude científica?

5) A biblioteca é um espaço de aprendizagem físico e digital nas instituições, onde a leitura, pesquisa, investigação e o pensamento são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento. Neste sentido, para desenvolver as suas pesquisas você utiliza os recursos da biblioteca? Você incentiva os seus alunos a utilizarem também os recursos que a biblioteca dispõe? E a biblioteca consegue suprir as necessidades informacionais do professor e do aluno?

6) O bibliotecário é o profissional responsável pela mediação da informação na instituição, assim, ele tem competência para orientar na busca, seleção e uso da informação de maneira eficiente e eficaz. Deste modo, um trabalho integrado entre professor e bibliotecário na elaboração dos projetos de pesquisa com os estudantes do ensino médio poderia ser viável na sua concepção?

Sim Não

7) Uma das críticas que se tem feito à escola tradicional é a de estar se limitando a formar alunos para dominar determinados conteúdos e não alunos que saibam pensar, refletir, propor soluções sobre problemas e questões atuais, trabalhar e cooperar uns com os outros. Qual é a sua concepção sobre este assunto?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O ALUNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Este questionário tem como objetivo coletar informações para a realização de uma pesquisa de campo, integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo como título “**A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO**”: um olhar sobre a atuação da Biblioteca Tebyreçá de oliveira do Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Assim, esclareço que as informações obtidas através da aplicação deste questionário serão somente para fins científicos e seus dados e respostas serão tratados de forma sigilosa. Agradeço-lhe pela sua atenção e participação.

Questionário

- 1) Para você o que é pesquisa?

- 2) Você gosta de pesquisar na escola?

() Sim () Não

Por quê? _____

- 3) Quais as dificuldades que você mais sente ao realizar uma pesquisa?

- 4) Para você o que a biblioteca representa?

- 5) Para a realização das suas pesquisas, você utiliza os recursos que a biblioteca dispõe, como o uso de seus documentos?

() Sim () Não

- 6) A biblioteca da instituição consegue suprir as suas necessidades informacionais?
() Sim () Não
- 7) O bibliotecário é o profissional responsável pela mediação da informação na instituição, assim, ele tem competência para orientar na busca, seleção e uso da informação de maneira eficiente e eficaz. Neste sentido, alguma vez você já recorreu ao bibliotecário diante das suas dúvidas informacionais?
() Sim () Não
- 8) Você geralmente gosta de se aprofundar na visão de vários autores para fundamentar as suas pesquisas?
() Sim () Não
- 9) Para você a pesquisa é uma ferramenta que auxilia na formação de uma consciência crítica, bem como colaborar para a construção de novos conhecimentos?
() Sim () Não
- 10) Para você é mais fácil aprender a partir do ensino com a pesquisa?
() Sim () Não
- 11) Você pretende futuramente investir na carreira de pesquisador ou cientista?
() Sim () Não
- 12) A pesquisa realizada na escola consegue despertar em você o desenvolvimento de uma atitude científica?
() Sim () Não